

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS**

PAULO CEZAR PINHEIRO GUEDES

**EMERGÊNCIA DO PÓLO MOVELEIRO DE LINHARES
E POLÍTICAS PARA O SETOR
NO ESPÍRITO SANTO (1960-1995)**

**VITÓRIA
2008**

PAULO CEZAR PINHEIRO GUEDES

**EMERGÊNCIA DO PÓLO MOVELEIRO DE LINHARES
E POLÍTICAS PARA O SETOR
NO ESPÍRITO SANTO (1960-1995)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Valter Pires Pereira

**VITÓRIA
2008**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

G924e Guedes, Paulo Cezar Pinheiro, 1953-
Emergência do pólo moveleiro de Linhares e políticas para o
setor, no Espírito Santo (1960-1995) / Paulo Cezar Pinheiro
Guedes. – 2008.
114 f. : il.

Orientador: Valter Pires Pereira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Mobiliário - Projetos. 2. Artesanato. 3. Marcenaria. 4.
Linhares (ES) - Indústria de móveis - Inovações tecnológicas. 5.
Espírito Santo (Estado) - História econômica. 6. Brasil - História
econômica. I. Pereira, Valter Pires. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

PAULO CEZAR PINHEIRO GUEDES

**EMERGÊNCIA DO PÓLO MOVELEIRO DE LINHARES
E POLÍTICAS PARA O SETOR
NO ESPÍRITO SANTO (1960-1995)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em/...../

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Valter Pires Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Orientador

Profª. Drª. Nara Saletto da Costa
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Prof. Dr. João Gualberto Moreira de Vasconcellos
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Profª. Drª. Maria Cristina Dadalto
Centro Universitário de Vila Velha - UVV

Dedico esse trabalho à minha família: minha companheira de todo instante, Regina, e às minhas filhas Carmen e Paula. O amor, a compreensão e a força que me dão, são e sempre serão indispensáveis para a realização de qualquer desejo...

Agradeço, sobretudo, à Vida, em suas alegrias e tristezas, pois é isso que nos faculta a percepção do outro.

E também, àqueles que sempre estiveram ao meu lado me apoiando nessa empreitada: meu professor, e hoje amigo, Prof. Dr. Valter Pires Pereira, a Prof^a.Dr^a. Nara Saletto da Costa que na compreensão de seu ofício sempre esteve disposta a me ajudar. Agradeço, e muito, ao Prof. Dr. João Gualberto, pelas sugestões para engrandecer este trabalho. Por ultimo agradeço à Prof^a.Dr^a. Maria Cristina Dadalto que atendeu prontamente ao meu convite para composição da banca.

RESUMO

História da movelaria, no Espírito Santo, com referência à contribuição de imigrantes italianos, representada na habilidade e cultura do trabalho artesanal, na fabricação de móveis desenvolvidos simultaneamente com o trabalho da lavoura de café, preservando as características de trabalho familiar e de subsistência. Considera os efeitos da exploração madeireira e sua escassez, no Espírito Santo, bem como os deslocamentos de população, do sul do Espírito Santo, para a região de Linhares e adjacências, em relação à apropriação e exploração de terras e dos recursos madeireiros, incluindo o estabelecimento de serrarias e marcenarias familiares. Trata também da transformação dessa realidade, com o advento de novas tecnologias, concorrência de mercado e modelos de gestão empresarial, na formação do Pólo Moveleiro de Linhares. Inclui referências às inovações em matéria-prima, a exemplo da substituição da madeira, in natura, pelo MDF e seus aspectos mercadológicos, tanto em termos de popularização, quanto em termos de qualidade do produto. O estudo inclui, finalmente, considerações acerca da geração de empregos, relacionados ao setor moveleiro.

Palavras-chaves: Indústria moveleira, artesanato, inovação tecnológica, *design*.

História econômica de Linhares; Espírito Santo, história econômica.

ABSTRACT

A history of furniture making in Espírito Santo, with reference to the contribution of the Italian immigrants, represented through their ability and culture in the making of handcraft furniture, while simultaneously developing their coffee plantations, thus maintaining the characteristics of family-group work for their sustenance. We herein consider the effects of lumber exploration and its scarcity in Espírito Santo, as well as the displacement of the population from the South of Espírito Santo upwards to the region of Linhares and environs, as well as its relationship to the appropriation and exploration of land and lumber resources, which includes the establishment of family lumber mills and woodwork shops. It also deals with the transformation of this reality, due to the advent of new technologies, market competitiveness, and models of management in the creation of the Linhares Furniture Pole, which includes references to the substitution of raw materials in natura, for MDF and its marketing aspects, both in terms of its popularization, as well as in terms of the quality of the product. The study finally includes considerations on the creation of employment within the furniture manufacturing and business complex.

Key words: furniture industry, handcraft, technological innovation, design, the economic history of Linhares; Espírito Santo, history of economics.

LISTA DE SIGLAS

ABIMÓVEL – [Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário](#)

APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

BANDES – [Banco de Desenvolvimento](#) do Espírito Santo S.A.

BNDES – [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social](#)

BNH – Banco Nacional de Habitação

BP – Melaminico de Baixa Pressão

CAD – Computer-Aided Design

CCQ – Círculos de Controle de Qualidade

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

COBRAICE – Companhia Brasileira de Indústria e Comércio.

CODES – Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo.

FIBASE: Insumos Básicos SA

FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos

FF – Finish Foil.

FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo.

GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura.

GERES – Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDEIES – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

IEL – Instituto Euvaldo Lodi.

IGHES – Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

MDF – Medium Density Fiberboard.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, e Comércio Exterior.

MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PBD – Programa Brasileiro de Design.

PIFFR – Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento.

PPA – Plano Plurianual.

PQT – Programas de Qualidade Total.

REPEMIR – Reflorestamento em Pequenos e Médios Imóveis Rurais.

SEAG – Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SFH – Sistema Financeiro de Habitação.

SINDIMOL – Sindicato da Indústria e da Madeira Mobiliário de Linhares.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Villanova Artigas - Cadeira Preguiça.....	61
Fotografia 2 – Lina Bo Bardi - Cadeira Frei Egidio.....	61
Fotografia 3 – Poltrona Giratória anos 60.....	62
Fotografia 4 – Poltrona Jorge Zalszupin.....	62
Fotografia 5 – Lina Bo Bardi - Poltrona Bowl, 1961.....	63
Fotografia 6 – Bernardo Figueiredo - Cadeira anos 60.....	63
Fotografia 7 – Joaquim Tenreiro -Cadeira de três pés (1947)	64
Fotografia 8 – Joaquim Tenreiro - Cadeira de Balanço (1948)	64
Fotografia 9 – Joaquim Tenreiro - Poltrona leve (1942)	65
Fotografia 10 – Joaquim Tenreiro - Cadeira 1950	65
Fotografia 11 – Celso Martinez Carrera - Cama Patente (1915).....	66
Fotografia 12 – Sergio Rodrigues - Poltrona Mole.....	66
Fac-simile do Alvará da Juparanã Móveis.....	72
Fotografia 13 – Sergio Rodrigues - Poltrona KILIN -	93
Fotografia 14 – Sergio Rodrigues - Cadeiras em cedro	93
Fotografia 15 – Oscar Niemeyer - Chaise longue RIO	97
Fotografia 16 – Reno Bonzon - Cadeira de balanço GAIVOTA	102
Fotografia 17 – Marcelo Suzuki - Cadeiras e banquetas.....	102

Fotografia 18 – Carlos Mota - Poltrona giratória e apoio de pé	103
Fotografia 19 – Móveis RIMO - Roupeiro em MDF	106
Fotografia 20 – Móveis PANAN - Roupeiro em MDF	106

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	CAP.1. PRELIMINARES HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS	33
2.1.	Ocupação, dominação e povoamento do norte do Espírito Santo	33
2.2.	Fatores determinantes para o isolamento	36
2.3.	O desenvolvimento econômico de Linhares	37
2.4.	O início da exploração da madeira no norte do Espírito Santo	41
2.5.	Corte e beneficiamento da madeira no norte do Espírito Santo	43
2.6.	Aceleração do desmatamento do norte do Espírito Santo	44
3.	CAP.2. A DÉCADA DE 1960	47
3.1.	Antecedentes e os anos JK	47
3.2.	Da erradicação dos cafezais e nascimento das pequenas marcenarias	50
3.3.	Conseqüências da crise da cafeicultura	55
3.4.	Aspectos econômicos e sociais	57
3.5.	Antecedentes gerais indústria do mobiliário	60
3.6.	Características do mobiliário na década de 1960	66
3.7.	Alguns dos pioneiros da movelaria em Linhares	71
3.8.	A Movelar	73
3.9.	A Aracruz celulose	76
3.10.	O ciclo do jacarandá	80
4.	CAP.3. A DÉCADA DE 1970	82
4.1.	A mudança de estilos	82
4.2.	A ausência do <i>design</i> industrial na nova indústria moveleira	87

4.3.	Concepções do <i>design</i> na nova indústria moveleira nacional	95
5.	CAP.4. A DÉCADA DE 1980	98
5.1	A década perdida	98
5.2	A consolidação do pólo moveleiro de Linhares	103
6.	CAP.5. A DÉCADA DE 1990	107
6.1.	As novas tecnologias	107
6.2	Políticas públicas para o setor moveleiro	111
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo sobre a indústria moveleira do Estado do Espírito Santo, notadamente o Pólo Moveleiro de Linhares.

O setor moveleiro no Espírito Santo, assim como os demais Pólos Moveleiros do Brasil, é formado prioritariamente por micro e pequenas empresas. Poucas são as empresas de grande porte, melhor estruturadas. Com carências tais como a falta de capital de giro, muitas dessas pequenas indústrias padecem com dificuldades de acesso à matéria-prima e maquinários.

Boa parte da nossa movelaria tem por base de produção técnicas artesanais. Devemos entender, porém que se trata de um novo tipo de artesanato, sem a qualidade da marcenaria antiga que tanto falaremos nos capítulos que compõem essa dissertação.

Nessas indústrias existe o predomínio de modelos copiados. Atribuímos isso a uma carência de políticas para o desenvolvimento de uma movelaria de qualidade, que propicie a inserção de um *design* com linguagem própria, cursos profissionalizantes em marcenaria e mobiliário, incentivos governamentais para acesso a novas tecnologias, etc.

Esta pesquisa também verificou como se deu o surgimento desse setor industrial no Espírito Santo, o cenário econômico e social que seria o entorno desse fato. Isso aconteceu em um momento de transição econômica pelo qual passou o Espírito Santo, no início da década de 1960, precisamente durante a crise do café.

Aquilo que no princípio foi uma alternativa de subsistência, em um momento dramático da economia capixaba, acabaria se tornando, após três décadas, em uma alternativa econômica para o norte espírito-santense.

As mudanças ocorridas dos primórdios dessa indústria até a atualidade deu-se a partir de seu processo produtivo (antes artesanal) com o advento de novas técnicas organizacionais, novos métodos de gerenciamento e novos métodos de trabalho, bem como através da introdução de novas máquinas, equipamentos e inovações tecnológicas.

Devemos considerar também que, entre outras fontes de inovação para o setor moveleiro, foram os fornecedores de insumos. A indústria química, petroquímica (plásticos, tintas, materiais para acabamentos – BP, FF, etc.) e fornecedores de chapas de madeira contribuíram significativamente para mudanças na aparência do móvel produzido no Espírito Santo.

Do artesanato, com madeiras da região, até a produção seriada atual, apontamos que a tecnologia mais sofisticada se concentrou particularmente na produção de móveis planos. As indústrias de móveis planos, ou retilíneos seriados, são mais especializadas em sua linha de produção. Produzem móveis com menor complexidade, com poucos detalhes de acabamento (torneamento, vernizes etc.) com faces retilíneas, acarretando um processo produtivo também com menor complexidade, onde envolve pouca mão-de-obra em etapas como corte dos painéis, usinagem, acabamento. Atualmente os painéis de madeira chegam na indústria com revestimento estampado (imitando padrões de madeira envernizadas), eliminando quase a etapa de acabamento. A montagem também

tem sido transferida para a comercialização, (o lojista monta o móvel na residência do comprador) o que traz enormes vantagens para a indústria.

Tem-se, portanto, as formações de uma cultura industrial nas quais os processos produtivos e o maquinário passaram a determinar a forma do produto final, a matéria-prima utilizada e a qualificação da mão-de-obra envolvida na fabricação dos produtos.

Toda essa estratégia produtiva conduziu a padronizações que restringiram as alternativas de um *design* diferenciado, com “identidade nacional”, tornando a aparência dos móveis residenciais cada vez mais similares entre si (ABIMÓVEL, 2001, p. 27).

No segmento de móveis residenciais de madeira maciça, que é o foco dessa dissertação, ao falarmos em movelaria constata-se uma grande heterogeneidade tecnológica, que envolve tanto as modernas empresas exportadoras quanto as pequenas marcenarias que ainda produzem móveis sob encomenda.

Dentro da produção moveleira do Brasil, o segmento de móveis de madeira para residência é o mais importante, com 60% da produção total, seguido pelo segmento de móveis de madeira para escritórios, com 25%, e pela produção de móveis institucionais para escolas, consultórios médicos, hospitais, restaurantes, hotéis e similares, com 15% (GORINI, Ana Paula Fontenelle. *Panorama do setor moveleiro no Brasil, com ênfase na competitividade externa a partir do desenvolvimento da cadeia industrial de produtos sólidos de madeira.*, 1998, p. 25).

Ainda que o pólo moveleiro de Linhares tenha a sua origem ou vinculação com a

extração em larga escala e, posteriormente, a extinção de madeiras, que se iniciou na década de 1960, período que foi o auge da exploração desse recurso natural nas regiões norte espírito-santense e sul baiana, sua transformação nas décadas subseqüentes tem sido marcada pelas mudanças dos modelos econômicos¹ e, também, dos processos industriais para o setor.

Essas mudanças contribuíram para a introdução de inovações tecnológicas, gestões empresariais e, conseqüentemente, uma nova concepção de *design* que permitiu notar mudanças na qualidade desses produtos e em suas colocações dentro dos mercados interno e externo com preços reduzidos. Já quase não mais existem os móveis torneados.

Podemos dizer, decorrente do exposto, que a profissão de artesão marceneiro já é quase extinta. O trabalho visível que tinha na marcenaria, e também em outras indústrias, seu modelo mais representativo perde espaço como referência. ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* - (1999) fala que o trabalho está passando por uma significativa heterogeneização, tendo como características a “desproletarização do trabalho fabril” e o aumento considerável do “assalariamento no setor de serviços”. Ou seja, o trabalho atual já não se enquadra na perspectiva de um modelo industrial.

Nessa pesquisa procuramos entender por que uma atividade como a marcenaria, atividade que tem muita importância no mundo todo, no Brasil, atualmente, passa por um quase esquecimento e desvalorização.

¹ É importante ressaltar que o que restava de madeira nesta região, já não tinha mais o caráter de exploração para exportar. Isso também justifica a formação das marcenarias familiares, usando o que restou de madeira no final de seu ciclo exploratório.

As inovações tecnológicas que passam pelo setor têm como objetivo principal a redução de custos ao mínimo e, conseqüentemente, o barateamento do móvel, ao mesmo tempo que induzem para um caminho de um novo modelo de industrialização. Com essa otimização do processo produtivo, verificamos uma correspondente precarização do produto final.

Ao contrário do que preconiza o desenho industrial, “*onde o menos é mais*”, na produção de móveis artesanais, cujos processos industriais são mais demorados, existe uma valorização estética do produto final.

Procuramos demonstrar de maneira comparativa que os países ou Pólos moveleiros que investiram em *design* e marcenaria têm resultados mais expressivos em termos de qualidade, dentro desse segmento que é altamente competitivo.

E nesse aspecto também é importante falarmos do nosso ensino profissionalizante, que, na visão de autores como Luiz Antonio Cunha (2000) – *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização* –, não acompanhou o processo de formação profissional de acordo com as mudanças políticas e econômicas.

Na opinião de vários teóricos da educação, houve, na realidade, uma deteriorização do ensino profissionalizante e também do trabalho; e junto a isso, as conseqüências sociais advindas de uma economia global ou flexível.

O tema proposto, *Emergência do pólo moveleiro de Linhares e políticas para o setor no Espírito Santo (1960-1995)*, tem por finalidade acompanhar a evolução,

dentro desse espaço temporal, do setor de movelaria no Espírito Santo, especificamente no município de Linhares, que é o espaço geográfico desta pesquisa.

Evolução, neste estudo, entende-se como mudanças no processo de fabricação, gestão empresarial (novas estratégias mercadológicas, processos industriais, novas tecnologias e a introdução da informática).

Foram essas mudanças que alteraram significativamente o processo de fabrico das pequenas marcenarias, que originariamente se iniciou com processos artesanais até chegar à superprodução seriada das grandes empresas moveleiras, naquela região.

No segmento de móveis artesanais é marcante a presença de micro e pequenas empresas que utilizam alguns equipamentos de tecnologia avançada, em conjunto com bastante trabalho artesanal, direcionando seus produtos para o mercado regional. No nicho de móveis seriados, as empresas maiores produzem ora móveis padronizados em massa, visando um mercado de menor poder aquisitivo, ora móveis customizados² focados para mercado intermediário de preços. Mas, indiferente do nicho de mercado de atuação, as grandes empresas produzem em larga escala móveis em MDF (*Medium Density Fiberboard*) e utilizam tecnologia de ponta.

A indústria moveleira faz parte do chamado “setor tradicional da economia”, cujo padrão tecnológico é determinado pelos fornecedores de máquinas e equipamentos. Os principais países fornecedores destes equipamentos são Itália

² Móveis customizados seriam móveis com alguma aplicação de marcenaria artesanal, como marchetaria, fibras para estofamentos, enfim, um móvel híbrido de duas técnicas de produção.

e Alemanha, que, além de produtores de bens de capital, são grandes produtores e consumidores mundiais de móveis, e a estreita cooperação entre ambas as indústrias permite constante incremento tecnológico.

O processo produtivo não é contínuo, e a modernização/automatização é possível em algumas etapas da produção. Dependendo do tipo de móvel, a possibilidade de automatização é maior – móveis de painéis de madeira retilíneos. Assim, é comum encontrar nas empresas máquinas modernas coexistindo com máquinas mais obsoletas (GORINI, 1998).

O interesse pelo tema *Emergência do pólo moveleiro de Linhares e políticas para o setor no Espírito Santo (1960-1995)* dá-se pelo fato de se observar no mercado atual de móveis a ausência do trabalho da marcenaria artesanal, Bem como, a ausência dos móveis em madeira maciça e a predominância de móveis em MDF.

Essas observações são no tocante às mudanças radicais no modo de produção que esse setor industrial sofreu nas últimas décadas, conforme já citamos.

Isso aconteceu em um período em que o ambiente no qual operam as empresas desse setor passou por todas as mudanças, como as novas estratégias mercadológicas, os novos processos industriais e tecnológicos e a introdução da informática.

Além da automação com base na informática (CAD)³ já na década de 1980, o setor moveleiro vinha sofrendo alterações também provocadas pela introdução de novos tipos de insumos, como aglomerados, plásticos, revestimentos, colas, vernizes, etc.

³ Computer-Aided Design (CAD), ou *desenho auxiliado por computador*, é o nome genérico de sistemas computacionais (*software*) utilizados pela engenharia, geologia, arquitetura, e *design* para facilitar o projeto e desenho técnicos.

São nítidas também as mudanças provocadas por estratégias de *marketing* (bem feitas por sinal) na promoção desse novo produto. Essas estratégias mercadológicas visam, antes de tudo, promover um produto precário à condição de um produto útil. Nada melhor que um verniz para encobrir o baixo valor utilitário do móvel atual.

Para mostrar todas essas mudanças ocorridas no setor moveleiro, devemos analisar dentro do corpo da dissertação todas as etapas que as promoveram:

- Primeiramente, falamos do desenvolvimento econômico da região de Linhares a partir do ciclo da madeira, da sua exploração inicial até sua extinção. O período correspondente à extinção se dá na década de 1960, que inaugura o espaço temporal da nossa pesquisa.
- Do desenvolvimento florestal comercial – implantação da Aracruz celulose – na década de 1960, com a plantação de 92 milhões de mudas de eucalipto (BORGGO; ROSA; PACHECO, 1966, p. 256); do nascimento das pequenas marcenarias familiares, nesse período, que foi a forma embrionária do pólo moveleiro atual; e também do aproveitamento daquilo que restou da floresta nativa local para a marcenaria.
- Da mudança de rumos que sofreu a indústria moveleira ainda na década de 1970 (quando a floresta nativa já estava quase extinta) e suas conseqüências econômicas para o município de Linhares.
- Da consolidação do Pólo Moveleiro na década de 1980 e das mudanças estruturais e de gestão do trabalho nesse período, que é caracterizado pela introdução de novos materiais para substituição da madeira, conforme dissemos

anteriormente, como o MDF.

- Da participação da mídia para a promoção dos móveis atuais.
- Do novo trabalhador da indústria moveleira moderna, onde praticamente inexistente o trabalho artesanal.

O presente trabalho tem como objetivo principal explorar a transição de uma atividade baseada no artesanal, marcenaria, para uma indústria com base na informatização, maquinários com controle numérico, ausência do trabalhador artesanal e novos materiais substitutos da madeira maciça. Essas transformações se dão no contexto do *design*; na relação com a produção; manufatura e disseminação do conhecimento e, por último, na própria sociedade.

O objetivo dessa pesquisa também é de contribuição para o entendimento de que como uma atividade como a marcenaria, atividade essa, que tem muita importância para o setor moveleiro em todo o mundo, atualmente passa por um quase esquecimento e desvalorização.

Mesmo com as inovações tecnológicas que passam pelo setor moveleiro, percebemos que existem nichos comerciais no mercado interno e externo para a produção de móveis artesanais. Conforme já foi dito, a nova indústria moveleira têm como objetivo principal a redução de custos ao mínimo e, conseqüentemente, baratear o móvel, ao mesmo tempo em que induzem para um caminho de um novo modelo de industrialização. Com a otimização do processo produtivo, revela uma produção de móveis precários, frágeis até, muito

diferente dos móveis artesanais, que tem *design* e valor simbólico mais evidentes. Com tecnologias acessíveis a qualquer indústria, o que vem acontecendo é a uniformização da produção de móveis. Não se consegue distinguir diferenças da produção de uma indústria para outra.

A indústria de móveis é uma indústria tradicional, com tecnologia de produção consolidada e bastante difundida e cujo padrão de desenvolvimento tecnológico é determinado pela indústria de bens de capital. Este fato permite um acesso irrestrito para qualquer país às mais modernas máquinas e equipamentos. As mudanças no processo de produção são incrementais, não havendo alterações radicais que possam modificar de forma brusca a posição competitiva dos diversos países.⁴

Muitos centros moveleiros no exterior, e raramente no Brasil, produzem uma movelaria artesanal de qualidade e de grande valor para exportação.

Demonstramos de maneira comparativa que os países ou Pólos moveleiros que investiram em *design* e marcenaria têm resultados mais expressivos, em termos de qualidade, dentro desse segmento que é altamente competitivo (ABIMÓVEL, 2001).

O trabalho está dividido em cinco capítulos além de sua parte introdutória, da seguinte forma:

Na introdução, como referencial teórico, a pesquisa partiu preliminarmente da análise de autores como Luiz Serafim Derenzi (1974) e Manuel Diegues Junior

⁴ MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Disponível em: http://ftp.mct.gov.br/publi/Compet/nts_mov.pdf. Acesso em: 25 jan. 2008.

(1964) que tratam de temas como imigração, urbanização e industrialização no Brasil e notadamente no Espírito Santo. Viajantes como Wied von Neuwied Maximiliano (1989) e Auguste de Saint-Hilaire (1974), reforçados por autores capixabas como Ivan Borgo, Léa Brígida Rocha Rosa, Renato José Costa Pacheco (1966), Nara Saletto (1996), José Teixeira de Oliveira (1951), o geógrafo Walter Egler. (1951) e ZUNTI, Maria Lucia Grossi Zunti (1982), que contribuem para uma visão de como era a região norte capixaba antes de sua dominação pelos colonizadores e posteriormente durante seu ciclo madeireiro e povoação. A escolha desses autores é no sentido de demonstrar a vocação madeireira dessa região. Essa parte da dissertação também está estruturada em Antonia COLBARI (1997) – *Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira* –, quando analisa os primórdios da nossa industrialização após a abolição e a relação do imigrante com a ética do trabalho e o familismo. Em seu artigo, Colbari analisa a contribuição dos imigrantes italianos na afirmação dos alicerces culturais e morais da sociedade brasileira. Colbari também privilegia aspectos importantes a respeito da formação da sociedade brasileira. Cabe lembrar que, além da preocupação com o resgate do sentido moral do trabalho e suas implicações na ordem social, a abolição do trabalho escravo, bem como a imigração da população europeia estavam investidas também de uma função *purificadora da nacionalidade*, pois contribuíam para modificar a composição física e cultural do povo brasileiro, produzindo um tipo racial mais eugênico e mais *civilizado*: um tipo humano de bom sangue e portador de valores e referências culturais que incluíam a disciplina, a ética do trabalho, o respeito às leis, etc. No caso dessa dissertação,

não tratamos dos imigrantes, mas de seus descendentes e de seu legado para a industrialização, principalmente no Espírito Santo. Adotamos, para compor o nosso referencial teórico, ainda na fase introdutória, o professor Luiz Antonio Cunha (2000), com sua visão sobre a educação profissional no Brasil. Recorrendo a teorias e metodologia da Sociologia, e também, da História e da Ciência Política, Cunha dedica-se ao estudo da conjuntura educacional brasileira, deste o ensino de ofícios no império escravocrata, aborda aspectos da Educação Nova, das escolas republicanas de aprendizes artífices, chegando à criação do SENAI. É importante a visão de Cunha (2000) sobre o ensino profissionalizante no Brasil, porque percebemos que atualmente não existe uma preocupação com as novas formas de trabalho globalizado e flexível. Faz parte dessa bibliografia, Sérgio Buarque de Holanda (2006) – *Raízes do Brasil* –, para complementar a análise sobre outros autores citados anteriormente. Holanda e Nícia Vilela Luz (1978) – *A luta pela industrialização do Brasil* – demonstram que o resultado de nossa economia foi determinado pela visão das nossas elites agrárias sobre a industrialização. Diegues Junior (1964), em seu estudo sobre imigração destaca os italianos como precursores da nossa industrialização. Em conjunto, esses autores formam a base teórica do início dessa dissertação.

Capítulo 1 - Nesse capítulo procuramos compor o referencial teórico com autores e estudiosos da história e economia do Espírito Santo. Principalmente autores que de certa forma dedicaram suas pesquisas ao norte do Espírito Santo, no período correspondente aos primórdios do desenvolvimento da região. Autores como Derenzi (1974), Egler (1951), Zunti (1982), Maximiliano (1989), Borgo,

Rosa, Pacheco (1966), Saletto (1996) e Oliveira (1951) fazem uma análise precisa do cenário econômico e social no período da ocupação, dominação e povoamento do norte espírito-santense. A escolha desses autores, na parte que antecede o recorte temporal da dissertação, é no sentido de demonstrar a vocação madeireira dessa região.

Capítulo 2 – Esse capítulo marca o início do recorte temporal da dissertação. O referencial teórico adotado para esse capítulo se faz a partir de Celso Furtado (1981) – O Brasil “Pós-Milagre” – e Luiz C. Bresser Pereira (1979) – *Desenvolvimento e crise no Brasil* – com uma análise da economia nos anos JK. Esse período é marcado por investimentos oriundos do exterior, mas também internos, acontecendo um estímulo à diversificação da economia nacional. No que tange a economia do Espírito Santo, nesse período, adotamos autores locais como Haroldo Correa Rocha, Ângela Maria Morandi (1991) – *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)*, Adriana Schinaider Rigoni (1998) – *O papel da inovação e o desenvolvimento da indústria do mobiliário no Espírito Santo* –, , Arlindo Villaschi Filho, Flávio de Oliveira Bueno (2000) – *Elementos dinâmicos do arranjo produtivo madeira/móveis no nordeste capixaba: Linhares* – e Gorini (1998) – *Panorama do setor moveleiro no Brasil, com ênfase na competitividade externa a partir do desenvolvimento da cadeia industrial de produtos sólidos de madeira*. Os trabalhos de Rigoni (1998), Villaschi Filho E Bueno (2000), Gorini (1998), que traçam aspectos dos Pólos Moveleiros, serão utilizados nesse capítulo e nos outros subseqüentes. A análise das obras desses autores foi de grande importância para uma compreensão de

como ocorreu as mudanças econômicas no Espírito Santo nesse período tão importante na história do Brasil. Como a década de 1960 foi o marco da modernidade do móvel brasileiro, adotamos também o trabalho de Maria Cecília Loschiavo dos Santos (1995) – *Móvel Moderno no Brasil* – o livro de certo modo resgata o caráter cultural e estético do móvel, traçando uma perspectiva que vem desde as origens do móvel moderno brasileiro, nos anos 1920, até as realizações mais independentes dos anos 1960 a 1980. Santos (1995) mostra também que o espírito de modernidade, principalmente na arquitetura de Oscar Niemeyer, foi a base do mobiliário desse período.

Capítulo 3 - Esse capítulo foi elaborado a partir das análises dos trabalhos de Furtado (1983; 2001), sobre os anos 1970, ou a década do “milagre brasileiro”. Essa década marca um novo período na industrialização de móveis no Brasil, a partir do extraordinário crescimento da produção manufatureira brasileira, nesse período. Verifica-se nessa década, mudanças nos hábitos de consumo, destacadamente quanto ao uso do plástico, o que vai acarretar mudanças no *design* e produção de móveis. Recorremos análise de Rigoni (1998), para entender o cenário do setor moveleiro nacional e local, que embora tendo passado por um período de modernização no início da década de 1970, não privilegiou a competição no mercado internacional. Estimulado pelo crescimento do mercado interno durante este período, o setor moveleiro buscou direcionar sua produção para o atendimento dessa demanda. Com relação a nova forma de trabalho, com uma mecanização flexível, que começa a alterar a maneira de produção de móveis, apoiamos na análise de Ricardo Antunes (1999) – Os

sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho para entender esse processo de mudança industrial e a situação do trabalhador dentro da nova indústria moveleira. Dentro desse capítulo demos importância a autores que tratam de globalização como Nestor Garcia Canclini (1997; 2003) – *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade* e, em outro trabalho do mesmo autor, *A globalização imaginada* –, Otavio Ianni (1997) – *A era do globalismo*.

Capítulo 4 – Esse capítulo marca o período da consolidação do Pólo Moveleiro de Linhares. Trata também da tendência daquilo que se refere a menor verticalização da produção moveleira, com a predominância de empresas especializadas, que passam a estar associadas por meio de redes de subcontratação, ou terceirização. Para fundamentar esse assunto mais uma vez recorreremos a Furtado (1983). Dados do BNDES, do SINDIMOL, informações obtidas no *site* oficial da empresa Aracruz Produtos de Madeira S.A. foram importantes para compor essa parte da dissertação. Devemos considerar que foi a partir de meados dessa década o começo de uma nova configuração no sistema capitalista, e esse processo é denominado pela economia política pelos termos de “*globalização*” e “*política neoliberal*”. Processo que traz em seu centro a tentativa ou necessidade de elevar as taxas de lucro dos capitais imperialistas mediante o rebaixamento do valor da força de trabalho tanto nos países dominados quanto nos países dominantes. Surgem nesse período as terceirizações e os programas de “qualidade total”. Em consequência surge também um novo tipo de trabalhador. Antunes (1999) foi utilizado para esse

capítulo para uma melhor interpretação desse período a partir da sua visão sobre o trabalho na atualidade.

Capítulo 5 – Na década correspondente a esse capítulo, uma considerável renovação no maquinário industrial moveleiro no Brasil, com a aquisição de equipamentos provenientes, em sua maior parte, da Itália e da Alemanha. Não é a realidade predominante no setor, composto, majoritariamente, de pequenas e médias empresas, das quais as mais modernas são aquelas ligadas ao comércio internacional. Essas informações foram obtidas nos cadernos especiais da ABIMÓVEL, e em estudos desenvolvidos para o BNDES por Gorini (1998).

Com Manuel Castells (1999) – *A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura* –, vimos que as mudanças ocorridas nesse período, foi uma série de reformas, tanto no âmbito das instituições quanto no gerenciamento das empresas, ou uma nova forma de gestão, que tinham como principais objetivos: O aprofundamento da lógica capitalista de busca do lucro nas relações capital/trabalho; o aumento da produtividade do trabalho e do capital; a globalização da produção, circulação e mercados; e o direcionamento do apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade da economia nacional. Vimos que as mudanças de gerenciamento empresarial citadas por Castells (1999), foram a base para uma visão crítica da movelaria brasileira atual. Nesse período, a cadeia produtiva de madeira para móveis sofreu grandes transformações em todo o mundo, com conseqüentes ganhos de produtividade a partir da introdução de equipamentos automatizados e da utilização de novas técnicas de gestão. Segundo Furtado (1983), as tecnologias importadas pela

indústria moveleira nacional são as mesmas tecnologias adquiridas pelas empresas concorrentes no mercado internacional. Residindo aí a nossa fragilidade frente aos produtos importados, onde a tecnologia sendo a mesma e o valor da mão-de-obra varia, afetando o preço do produto final.

Consideramos, a partir da fala de Furtado (1983), que com o advento da informática (CAD) em múltiplas atividades manufatureiras em que a utilização de mão-de-obra ainda é relativamente intensiva, e a robotização em geral, a concorrência nos mercados internacionais de manufaturados far-se-á ainda mais dura. Na atualidade, o setor moveleiro do Brasil discute a presença chinesa no nosso mercado de moveis, com seus produtos similares aos nossos e bem mais baratos. Nesse capítulo discutimos as políticas que poderiam reforçar a imagem do nosso móvel no mercado externo, as políticas de geração de emprego e renda, os serviços de educação profissional. Os dados pertinentes a essa parte do capítulo foram obtidas em informativos periódicos e *sites* oficiais de instituições como SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), IEL (Instituto Euvaldo Lodi), IDEIES (Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo, ABIMÓVEL (Associação Brasileira da Indústria do Mobiliário) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, e Comércio.

Foram utilizadas fontes primárias a partir de pesquisas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IGHES), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco de

Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. (BANDES) e Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Para outras informações primárias foram feitas entrevistas com os pioneiros da extração da madeira e da movelaria em Linhares. O uso da entrevista visa complementar a narrativa, uma vez que muitas das empresas, objeto desse trabalho não chegaram a ser sequer registradas, faltando, assim, documentos oficiais que comprovassem a sua existência.

Com alguns dados do IBGE, constantes na bibliografia, foi traçado o perfil do município de Linhares, buscando informações sobre a gestão e finanças públicas e os seus indicadores sociais e contas regionais.

Com dados também do BNDES e do SINDIMOL (Sindicato das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Linhares), sintonizou-se o nosso recorte temporal com as políticas públicas para a consolidação do pólo moveleiro de Linhares.

2. CAP.1. PRELIMINARES HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS

2.1. Ocupação, dominação e povoamento do norte do Espírito Santo

É importante para essa dissertação, ainda que na sua parte introdutória, que nos reportemos, mesmo nos afastando do nosso recorte temporal, que é de 1960-1995, à data de 1809, por ocasião da construção do quartel de Coutins, que é o marco inaugural do município de Linhares.

Sem a pretensão de esmiuçar toda uma historiografia que relata o ciclo extrativista da madeira no norte do Espírito Santo, é importante retrocedermos a esse período, até para entendermos melhor a vocação desse município para a indústria madeireira e, conseqüentemente, o surgimento de seu pólo moveleiro, objeto de nossa pesquisa. Ainda nesse período, o território que hoje corresponde ao estado do Espírito Santo era vago e não muito bem delimitado. Essa indefinição de limites territoriais se estende até o século XIX (DERENZI, p. 79 - 82).

O advento da cultura cafeeira, introduzida na região no início do século XX, ocorreu bem depois do processo de colonização acelerado no sul e nas regiões montanhosas do Estado. Nessas regiões, o desenvolvimento se deu a partir do café e de políticas imperiais para a ocupação de áreas devolutas no Espírito Santo⁵.

⁵ No sul, houve um contingente vindo de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, e nas montanhas as colônias imperiais como Santa Izabel, Santa Leopoldina, etc. O governador capitão-geral do Estado do Brasil, Lourenço de Almada, por ordem de D. João V de Portugal, determinou a suspensão de

O norte do estado manteve-se em desequilíbrio econômico com as áreas citadas até meados do século XX. Nesse contexto, houve um agravamento em relação à economia de Linhares quando da construção da ferrovia *Vitória a Minas*, em 1906.

Nesse ano, aos estrepitosos tiros de foguetes e – para não dizer – rifles disparados nos fundos dos quintais, chegavam festivamente a Colatina as pontas dos trilhos da Estrada de Ferro Diamantina, hoje Vitória a Minas, incorporada à Cia. Vale do Rio Doce S/A. Linhares sentiu, desde logo, os efeitos desse acontecimento. O abalo econômico foi grande demais, pois todo o comércio de grande porte de Minas e Espírito Santo, que era feito barra a fora, via Linhares, passou a concentrar-se em Colatina e daí as mercadorias saíam para o porto de Vitória e vice-versa (ZUNTI, 1982, p.76).

Com o surgimento da ferrovia, com o trecho ligando Vitória a Colatina, Linhares passaria por um processo de decadência muito forte. Até então, todo comércio de Colatina passava por Linhares em direção à capital, Vitória, pela única via disponível, que era o rio Doce. Enquanto isso, Colatina se expandia rapidamente como ponto de almoço dos passageiros, botequins, negociantes, grande movimento de tropas (DERENZI, 1974, p. 6)

No final do século XIX, a Vila de Linhares entra em decadência e o povoado de Colatina, que pertencia ao município de Linhares, conhece rápido desenvolvimento econômico graças, primeiramente, à colonização italiana com o plantio de café e, mais tarde – 1904, com o início das obras para a implantação da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Surgiram logo os madeireiros e a derrubada das perobas, cedros, braunas, jequitibás, que demandavam os mercados

exploração das minas existentes na Capitania do Espírito Santo, com a proibição de estradas para as Minas Gerais, sob “pena de confisco de bens e degredo para Angola”.

cariocas e europeus. A tirada de dormentes e da lenha para as **Maria Fumaça** aceleraram a devastação florestal (DERENZI, 1974, p. 6).

Segundo Egler (1951), a decadência de Linhares em relação a Colatina se deve ao fato de Linhares ter sido um importante porto fluvial, servindo toda a região norte para a ligação com o sul:

[...] em 1906, a estrada de Ferro penetrando no vale do rio Doce atingia Colatina. O centro demográfico e econômico, que até então estava em Linhares, com sua função de porto fluvial, deslocou-se imediatamente para a região beneficiada pela estrada de ferro. O baixo curso ficou isolado, perdendo a sua primazia de centro de gravidade do município e, em consequência, a sede do mesmo era transferida em novembro de 1907 para Colatina. O município, porém, continuava com o nome de Linhares, só passando a se chamar Colatina a partir de 1921.

A Estrada de Ferro Vitória-Minas partia do porto de Vitória e tinha como objetivo principal transportar as culturas da região ao longo do Rio Doce, especialmente a produção de café.

Em 1921, foi criado oficialmente o município de Colatina e extinto o de Linhares (ZUNTI, 1982, p.77).

Na verdade, com a ascensão econômica de Colatina Linhares já tinha perdido a condição de município, sendo transferida a sede do município para Colatina pelo Coronel Alexandre Calmon, em 1907 (ZUNTI, 1982, p.77).

Um outro fato marcante para Colatina tomar a dianteira do progresso frente a Linhares foi a inauguração, em 1928, da ponte Florentino Avidos, ocorrendo, com isso, a efetiva colonização da região norte do Estado. O nome é em homenagem ao governador do Estado à época, então presidente do Estado, Florentino Avidos

(1924-1928). Foi iniciada a construção da Estrada de Ferro Norte do Rio Doce, de Colatina a São Mateus, que não foi concluída.

2.2. Fatores determinantes para o isolamento

Baseando-nos nas fontes pesquisadas podemos afirmar que o rio Doce constituía ainda um obstáculo natural, delimitador e também limitador para o município de Linhares, não havendo estradas nem pontes para sua transposição, e essa situação colocava Linhares numa condição de isolamento muito grande, sendo considerada área de terras devolutas, pouco povoadas e com pouca atividade econômica.

Era visível que esse era um dos maiores entraves à dominação e à povoação da região norte espírito-santense, dificultando sua ligação comercial e até política com outras comunidades, em que somente a via fluvial e marítima servia para comunicação e escoamento de suas riquezas, principalmente a madeira, para esses centros.

A presença do Estado na região de Linhares se dava por meio de ordens que regulamentavam a posse e o uso dessa terra⁶. Ainda antes da Independência, o que vigorava eram as leis portuguesas, que conferiam ao *apropriador* a posse da terra.

Não somente se apropriar, mas também domar, que significava desmatar e introduzir ali, primeiramente, uma cultura de subsistência e, posteriormente, uma

⁶ Podemos supor que o poder civil para a região era quase nulo.

outra cultura rentável como café, cacau, agropecuária ou até a exploração da madeira abundante no local.

As áreas da região norte permaneceram por muito tempo indomáveis, visto que, além da mata densa, os índios Botocudos, existentes na região, eram ferozes e arredios à presença do homem branco.

Houve várias tentativas, frustradas, de iniciar a colonização do norte do Espírito Santo, fato que só viria a se consolidar já no início do século XIX.

O território do município de Linhares abrangia os que são hoje os municípios de Linhares, Rio Bananal, Colatina, Baixo Guandu, Pancas, São Gabriel da Palha, Sooretama e partes de Ibirapu, Santa Tereza e Itaguaçu (DERENZI, 1974).

2.3. O desenvolvimento econômico de Linhares

No caso de Linhares, o seu desenvolvimento econômico começa com a cacauicultura, por volta de 1917, incentivado pelo governo de Bernardino Monteiro, quando governador, e por Nestor Gomes, secretário da Agricultura (ZUNTI, 1982, p. 78).

É importante citar a introdução do cacau em Linhares, dado a peculiaridade de sua cultura nessa região. O sistema da cacauicultura em Linhares consistia em uma plantação à sombra, ou seja, a parte inferior da mata era totalmente cortada ou “cabrucada”,⁷ permanecendo somente as árvores mais altas que forneciam

⁷ Termo empregado ao sistema tradicional de cultivo de cacau, onde árvores nativas remanescentes da Mata Atlântica são mantidas com o objetivo de sombrear as plantas de cacau.

sombreamento para os cacauzeiros.

Esse tipo de cultura foi introduzido por Filogônio Peixoto, vindo do sul da Bahia (ZUNTI, 1982).

O cacau, riqueza que projetou economicamente Linhares, é interessante para essa dissertação no que tange o manejo dessa cultura e as suas conseqüências ambientais.

Ao “cabruçar” uma floresta para o seu cultivo, muitas árvores, inclusive as de madeira de lei, eram jogadas ao chão.

Nestor Gomes, sucedendo a Bernardino Monteiro, vai impulsionar a cacauicultura linharensense e o relativo desmatamento a partir de 1921. Eleito governador para o período de 1920 a 1924, promoveu com mais intensidade a cacauicultura em Linhares. Em 1921, sanciona a lei “concedendo terras gratuitamente a agricultores” que quisessem se dedicar à cultura do cacau, estabelecendo o número de cacauzeiros correspondentes aos hectares a serem doados, bem como concedendo prêmios àqueles que alcançassem as metas determinadas e isentando-os de impostos por 10 anos (ZUNTI, 1982, p. 77).

O cacau nesta região se adaptou à temperatura e ao rico solo marginal do rio Doce. Conseqüentemente, o sucesso das fazendas dos pioneiros do cacau em Linhares trouxe para este município muitas pessoas de fora do Estado, interessadas em obter terras para o cultivo do cacau. Conforme Zunti (1982, p. 79) “[...] muitos que, tendo aqui adquirido propriedades influenciados pela propaganda do Dr. Filogônio, residiam em outros lugares”.

Referindo-se às experiências de Dr. Filogônio e de outros que o acompanharam, tem-se o seguinte relato: “O exemplo dado frutificou rapidamente e hoje, ao longo de ambas as margens do rio Doce, no seu percurso pelo município de Linhares, estende-se um rosário contínuo de fazendas de cacau” (EGLER, 1951, p. 253).

A elevação de preços do cacau nunca tinha sido tão alta. As lavouras estavam formadas e o preço das amêndoas crescera mais de seis vezes em apenas seis anos: passou no período de 1942 a 1948 do valor de 126 para 789 cruzeiros o saco de 60 quilos (EGLER, 1951, p. 255).

A produção de cacau cresceu aproximadamente 30% em relação à década de 1950, e o efetivo bovino triplicou, passou de 26.995 para 84.238 animais entre 1960 e 1970.

Não houve queda na produção de café do município, promovida pela erradicação. Contudo, admite-se que a redução nos preços do produto achatou a renda dos agricultores, levando-os a buscar outras alternativas compensadoras. A crise citada anteriormente deu-se por conta do esgotamento das terras aptas para o cultivo do café nos moldes então praticados. Como já foi mencionado, a dependência periódica de novas terras para o cultivo do café colocou em xeque o modelo, quando a fronteira agrícola se esgotou.

A escassez de terras para o cultivo do café contrastou com a disponibilidade de florestas e matas naturais em solos impróprios para esse cultivo em Linhares. As terras desprezadas pelas frentes de expansão que partiram de Colatina em direção a Linhares e que não avançaram para Leste por conta da pobreza dos solos deixaram intacta a imensa floresta.

Essas matas naturais e florestas de Linhares funcionaram como alternativa econômica à crise do café verificada no Espírito Santo.

Muitos agricultores que erradicaram café e venderam suas terras migraram para Linhares, e com os recursos amealhados passaram a explorar a madeira como uma alternativa econômica. Apesar do caráter predatório da iniciativa, Linhares sustentou o ciclo da madeira do Espírito Santo do final dos anos 1950 à década de 1970.

Nos anos 1960 havia mais de 200 serrarias em Linhares. Não se vendia mais somente a madeira em toras, mas se fazia o seu desdobramento. Em Linhares, serrava-se a madeira e realizava-se o seu comércio, sendo que a riqueza circulante propiciou diferentes negócios. Linhares, além de centralizar o comércio do cacau, veio concentrar os negócios com a madeira, entre estes a marcenaria. Retornando a 1930, em Linhares dá-se o início dos trabalhos de abertura de uma estrada, ligando o município a Vitória, ao sul, e depois a São Mateus, ao norte. Este fato, somado ao trabalho de personalidades linharenses junto ao Governo do Estado, fez com que a situação se transformasse.

No dia 31 de dezembro de 1943, por decisão do Governo do Estado, o município de Linhares foi desligado do de Colatina. Este fato foi muito festejado pela população linharenses, que passou a contar com seu primeiro prefeito, Dr. Roberto Calmon, depois do desmembramento de Colatina (ZUNTI, 1982).

Em 1954, um novo fato na efetivação do desenvolvimento dessa região foi a construção da ponte Getúlio Vargas sobre o Rio Doce, no leito da atual BR-101.

2.4.. O início da exploração da madeira no norte do Espírito Santo

A primeira visão de qualquer visitante no norte do Espírito Santo nos anos 1800 era de deslumbramento com a exuberante floresta que cobria aquelas terras.

Ao subir o rio Doce desde a foz até as cercanias de Minas Gerais, aquela massa verde deveria chamar a atenção, tal qual na visão do príncipe Maximiliano quando de sua visita a essas paragens: “as margens distantes estavam tão densamente vestidas de selvas que, em todo o percurso vencido, não havia uma simples brecha onde se pudesse erguer uma casa” (Maximiliano, 1940, p.154).

Em outra passagem do mesmo livro, o príncipe Maximiliano relata que os moradores de São Mateus, além de exportarem grande quantidade de farinha de mandioca, comerciavam com pranchas de madeiras, vindas das florestas vizinhas.

A respeito dessa passagem, os historiadores Borgo, Rosa E Pacheco (*apud* MAXIMILIANO, 1940, p. 163) conjecturam, em nota, ser essa área aquela que nos dias atuais corresponde à Reserva da Vale do Rio Doce.

Vemos também nesse relato que a madeira já era um fator determinante na economia do norte espírito-santense e que mesmo com as dificuldades alguns pioneiros se arriscavam para a sua exploração.

Maximiliano (1940, p. 171), em outro relato, não deixa dúvida quanto à importância da madeira nessa região:

Nas matas da região abundam os mais valiosos tipos de madeira. A fim de aproveitá-las, pretendeu-se instalar uma serraria, e um construtor da Turíngia, de nome Kramer foi contratado para isso. Quase todas as madeiras de lei da costa oriental aí se encontram: jacarandá, oiticica,

jequitibá, vinhático, cedro, caixeta, ipê, peroba, putumuju, pau-brasil, etc.

Talvez seja a primeira referência à instalação de uma serraria no norte espírito-santense. Podemos imaginar também que esse empreendimento malogrou devido às dificuldades já mencionadas a respeito dessa região: índios, feras e o próprio transporte. São vários os relatos a respeito de tipos, cortes, contrabando, exportação da madeira que nossa historiografia apresenta. Uma riqueza ainda pouco explorada nessa época, mas que despertava a cobiça de muitos.

São também vários os documentos, leis, cartas régias que tentaram um dia controlar a extração de madeiras do norte do Espírito Santo: “em diversas épocas do período colonial foi proibido o corte das seguintes madeiras: sucupira, goiticica, maçaranduba” (BORGOS; ROSA; PACHECO, 1966, p.34).

É importante a citação de Oliveira (1951, p. 258), sobre a carta régia de 17 de janeiro de 1814, portanto cinco anos após a reconstituição do quartel de Coutins, na qual ficava determinada a isenção do pagamento de dízimo por dez anos às culturas de trigo e linho que se fizessem aqui. Além disso, revogava a carta régia de 13 de maio de 1797, que permitia que se concedessem sesmarias à margem de quaisquer rios da capitania; e libertava o uso e comércio de madeiras, excetuadas as de pau-brasil, peroba e tapinhoã.

A exceção em relação ao pau-brasil e à tapinhoã era por uma questão que ia para além da utilização da madeira para construção, talhas, carpintaria e marcenaria. Sabe-se que o valor do pau-brasil residia no fato de ser essa madeira portadora de um corante vermelho muito raro para os europeus, e a tapinhoã era muito usada na construção de grandes embarcações.

Em 1850, a Assembléia Geral Legislativa autorizou o governo a cortar para a construção naval as matas e florestas de domínio nacional (OLIVEIRA, 1951, p. 239). “E madeiras do Espírito Santo são enviadas ao Arsenal da Marinha para fabricação de navios para a guerra do Paraguai” (OLIVEIRA, 1951, p. 363).

2.5. Corte e beneficiamento da madeira no norte do Espírito Santo

Claro que antes do advento do motosserra, a árvore era derrubada por facão ou machado. Depois, o tronco caído era arrastado por juntas de bois, caminhão ou trator através de picadas na mata. Boa parte desse material era exportada em toras, da forma em bruto e, às vezes, “desdobrada” em locais chamados “estaleiros”⁸.

Em Linhares, a madeira, numa primeira etapa, descia em toras o rio, até Povoação, na foz, onde era embarcada em navios. Depois, entre 1955 e 1966,⁹ com maior facilidade de transporte rodoviário, a utilização de energia elétrica e a redução de exportação em toras, fundaram-se de 130 a 180 serrarias¹⁰. Os donos de serrarias procuravam comprar as matas, cujos proprietários não tinham recursos financeiros para explorar (BORGO; ROSA; PACHECO, 1966, p. 42).

A extração da madeira e seu beneficiamento, pela sua natureza exploratória e temporária, não constituiu propriamente uma diversificação das atividades primárias desenvolvidas no Espírito Santo. Representa o avanço da ocupação no norte, conjugada com as demandas urbanas e industriais provenientes de outras

⁸ Ainda hoje existe uma maneira muito comum em Linhares de se “desdobrar” a madeira no local de corte, por meio de motosserra, o que requer certa habilidade manual.

⁹ A ponte sobre o rio Doce, em Linhares, foi inaugurada em 1954.

¹⁰ É de se imaginar que houvesse muitas serrarias clandestinas e itinerantes nessa região.

unidades da federação, num contexto de progressiva integração ao mercado nacional.

Ao final dos anos 1970, a extração já não tinha maior importância no contexto de renda interna estadual, mesmo porque todo o norte do estado já estava com suas reservas florestais totalmente ou grandemente comprometidas. Encerrando o ciclo madeireiro no norte do Espírito Santo, as populações locais adotaram outras opções de vida e os madeireiros se deslocaram para o sul da Bahia ou outras regiões, como o Pará e Rondônia (PACHECO, 1991, p. 21).

Vale acrescentar o fato de que nesse período Linhares também estava se tornando uma fronteira agrícola e agropecuária, e, para isso, havia necessidades de áreas de terras desmatadas. No Espírito Santo, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, a pecuária bovina distribuiu-se espacialmente no Estado, encontrando-se atualmente nas quatro mesorregiões rebanhos especializados em leite e/ou carne, bem como rebanhos mistos em que parte do rebanho tem a carne como produto principal e o leite como subproduto.¹¹

2.6.. Aceleração do desmatamento do norte do Espírito Santo

Na década de 1920, a fronteira agrícola se desloca para o norte do rio Doce. Repete-se aí a ocupação por imigrantes e, principalmente, por seus descendentes, vindos de colônias do centro, bem como por migrantes capixabas e mineiros, apresentando, porém, algumas características novas. A penetração

¹¹ SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA. *Pecuária de corte*. Disponível em: http://www.seag.es.gov.br/setores/pecuariadecorte/?cd_matia=99&cd_site=163. Acesso em: 31 out. 2006

foi realizada por madeireiros, e durante algum tempo a extração da madeira foi a principal atividade econômica da área. No rastro do desflorestamento vieram os imigrantes; espontaneamente, no início, mas o governo estadual logo promoveu um grande loteamento, seguido de outros, de particulares. (SALETTTO, Nara, 1996, p.210)

Um destemido grupo de madeireiros, liderado pelos irmãos Artur e Humberto Donato e por Eliosíprio Cunha (Lolô Cunha),¹² abriu a trilha da devastação, que seria percorrida por outros desbravadores em busca da riqueza com o comércio de madeira, como Laureano Diaz e Carlos Alberto dos Reis Castro. Eles derrubaram árvores em extensas matas ao longo das regiões de São Mateus e Conceição da Barra, onde, mais tarde, seriam criados os municípios de Nova Venécia, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Pinheiro, Pedro Canário, Montanha, Mucurici e Ecoporanga. Ou seja, praticamente 70% de toda a região norte do Estado. Antes da presença desses pioneiros, a comercialização da madeira praticamente inexistia no Estado. Sua utilização era essencialmente doméstica, feita por fazendeiros ocupantes de sesmarias e por pequenos núcleos de imigrantes europeus. Basicamente, o uso da madeira restringia-se à construção de moradias, paióis e cercas.

Conforme Saletto (1996), a nova fronteira pertencia ao município de Colatina, colônia italiana que no início recebeu imigração direta e continuou se expandindo com a migração interna, beneficiada pela construção da estrada-de-ferro Vitória-

¹² Eleosippo Rodrigues da Cunha foi presidente da Câmara de Vereadores de São Mateus, tendo assumido a prefeitura por um longo período quando o então prefeito foi licenciado, candidato quase eleito a vice-governador, proprietário por longa data do jornal "A Gazeta" de Vitória. PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA. *História de Nova Venécia: um casarão, um Barão, uma história*. Disponível em: <http://www.novavenecia.es.gov.br/default.asp>. Acesso em: 28 jan. 2008.

Minas, que chegou à sede em 1906, ligando a região à Vitória. Daí partiu a principal corrente que iniciou a ocupação da vertente norte do vale, recrutando os colonos italianos da vertente sul e das antigas colônias. A eles se juntaram descendentes de alemães e nacionais, mas a maioria da população era de origem italiana.

3. CAP. 2 - A DÉCADA DE 1960

3.1. Antecedentes e os anos JK

O nacionalismo da Era Vargas é substituído pelo desenvolvimentismo do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Procurando atrair o capital estrangeiro e estimular o capital nacional, JK implanta a indústria de bens de consumo duráveis, sobretudo eletrodomésticos e veículos. Em seu governo, há uma ampliação dos serviços de infra-estrutura, notadamente transporte e energia elétrica. Com os investimentos oriundos do exterior, mas também dos internos, acontece um estímulo à diversificação da economia nacional, aumentando a produção de insumos, máquinas e equipamentos pesados para mecanização agrícola, fabricação de fertilizantes, frigoríficos, transporte ferroviário e construção naval.

Uma maior capacidade de autotransformação constituía condição necessária para obter as taxas de crescimento que o país almejava a fim de absorver o considerável atraso que historicamente acumulara; mas não era a condição suficiente para que esse desenvolvimento se realizasse com estabilidade e na direção desejada. Também era necessário que se ampliasse a capacidade de financiamento a partir da poupança interna.(FURTADO,1981,p. 38)

No início dos anos 1960, o setor industrial supera a média de crescimento dos demais setores da economia brasileira. Esse ideal desenvolvimentista foi consolidado num conjunto de 30 objetivos a serem alcançados em diversos

setores da economia, que ficou conhecido como Programa ou Plano de Metas. Tanto o plano de governo mineiro quanto o Plano de Metas de Juscelino foram elaborados com base em estudos e diagnósticos realizados desde o início da década de 1940 por diversas comissões e missões econômicas.

O último grande esforço de diagnóstico dos entraves ao crescimento econômico brasileiro fora feito pela Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, entre 1951 e 1953, ainda no governo Vargas. Os estudos da Comissão Mista, assim como os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e os da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), indicavam a necessidade de eliminar os "pontos de estrangulamento" da economia brasileira. Tratava-se de setores críticos que não permitiam um adequado funcionamento da economia. A premissa do Plano de Metas, esboçado pouco antes da posse de JK por uma equipe do BNDE, era, assim, a superação desses obstáculos estruturais. As metas deveriam ser definidas e implementadas em estreita harmonia entre si, para que os investimentos em determinados setores pudessem refletir positivamente na dinâmica de outros. O crescimento ocorreria em cadeia. A meta de mecanização da agricultura, por exemplo, indicava a necessidade de fabricação de tratores, prevista na meta da indústria automobilística¹³.

A proposta do Plano de Metas era criar um processo de substituição de importações não planejadas, já que a falta desse planejamento seria a causa dos constantes desequilíbrios no balanço de pagamentos. Então, a intenção principal do Plano de Metas do governo JK seria a introdução de uma meta de

¹³ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Os anos JK. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/apresentacao.asp. Acesso em: 18 jul. 2007.

consolidação da indústria automobilística no país, que tinha como objetivo, entre outras coisas, a redução planejada e gradativa da importação de veículos.

Dentro do Plano de Metas estavam ainda relacionados cinco setores básicos da economia, abrangendo várias metas cada um, para os quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados.

Os setores que mais recursos receberam foram: energia, transportes e indústrias de base, num total de 93% dos recursos alocados. Esse percentual demonstra, por si só, que os outros dois setores incluídos no plano, alimentação e educação, não mereceram o mesmo tratamento dos primeiros, o que deixa evidente que a intenção principal era a de criar bases para uma industrialização acelerada a partir desse período.

É de se imaginar que também o Espírito Santo, mesmo tendo uma economia ainda atrelada à cafeicultura, tenha absorvido o espírito desenvolvimentista do restante do país, pois, na verdade, nos anos JK houve, conforme já citado, um estímulo à agricultura moderna e produtiva.

O governo JK, com sua visão moderna de agricultura, seria a base do programa de erradicação de cafezais improdutivos, que viria acontecer mais tarde.

Ao final dos anos JK, o Brasil havia mudado. Devemos considerar que muitos foram os avanços, mesmo que possamos fazer algumas críticas à opção de JK pelo crescimento econômico com recurso ao capital estrangeiro em detrimento de uma política de estabilidade monetária.

Apesar do aumento da inflação e das conseqüências daí advindas, deram ao povo brasileiro o sentimento, real, de que o subdesenvolvimento deveria ficar no

passado e que era possível sair do estado em que estávamos imersos até então. Era possível mudar, e o Brasil havia começado a fazê-lo.

3.2. Da erradicação dos cafezais ao nascimento das pequenas marcenarias

Os anos 1960 mostraram-se dramáticos para a cafeicultura, fazendo dessa década um período de difícil reestruturação econômica. Consideramos este período importante, já que se tornou um marco da transição do Espírito Santo agrário para o industrializado.

Até a década de 1960 podemos dizer que a economia capixaba era agrária, baseada numa cafeicultura que estava em decadência. Por um lado, aprofundava-se a crise no mercado do café, com preços declinantes. Por outro, “a debilidade do setor industrial e das demais atividades urbanas, incapazes de suplantar a queda da atividade econômica advinda da crise cafeeira, configuravam uma situação sem precedentes na história do Espírito Santo” (ROCHA; MORANDI, 1991).

Verifica-se ainda nesse período a queda dos preços do café no Brasil afetando de forma especial a economia capixaba, uma vez que se tratava de uma estrutura produtiva fundamentada na pequena produção familiar.

Em 1962, foi elaborado o Plano Diretor do GERCA (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura), que tinha por finalidade a erradicação dos cafezais improdutivos no Brasil.

Creemos que esse fato veio promover a transição do estado agrário para o industrial no Espírito Santo. Naquele momento, com a erradicação dos cafezais, seria necessária outra atividade de sobrevivência, visto que durante o ciclo de produção do café, da muda à primeira granação, período que gira em torno de cinco a sete anos, a terra não produziu. Para o proprietário da terra, que foi indenizado em cada cafeeiro erradicado, abriu-se a oportunidade financeira para outros negócios. Já os empregados da lavoura, que não possuíam propriedades, e os pequenos meeiros também procuraram outras formas de subsistência, muitas vezes nas cidades¹⁴.

O Plano Diretor do GERCA determinava que essa erradicação dos cafezais improdutivos fosse realizada em duas etapas: a primeira, no período de julho de 1962 a julho de 1966, durante o qual foram erradicados 723,5 milhões de pés; a segunda, entre agosto de 1966 e maio de 1967, atingindo 656 milhões de pés (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 52). A erradicação aconteceu em todo território capixaba, atingindo a todos que direta ou indiretamente dependiam da lavoura do café.

Até o ano de 1962, o café arábica foi o senhor absoluto da economia estadual, ocupando mais de 500 mil hectares¹⁵. Como o cafeicultor capixaba não praticava a renovação dos cafezais, a partir dessa época os solos com café começaram a se exaurir, baixando a produtividade. Para completar esse quadro, surge a "ferrugem", doença até esse momento desconhecida na cafeicultura brasileira.

¹⁴ Segundo Adilson Vilaça Freitas (2001, p. 15), o peso da cafeicultura na economia do Espírito Santo era tal que em 1960 havia 68,1% da População Economicamente Ativa (PEA) empregada no setor agrícola, sendo que a lavoura de café absorvia 80% desse quantitativo.

¹⁵ CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CAFÉ. *Cafeicultura capixaba*. Disponível em: <http://www.cetcaf.com.br/Links/cafeicultura%20capixaba.htm>. Acesso em: 07 mar. 2007.

No interior desta imensa crise, o Governo Federal lança o plano de erradicação dos cafezais, que atingiu de maneira muito forte a economia do Espírito Santo. Por conta da crise, o plano de revigoramento dos cafezais passou, paulatinamente, à implantação de uma cafeicultura moderna de arábica, que acabou confinada à região de montanhas¹⁶.

Nesta época, a maioria esmagadora das lavouras de café, em todo o Estado, era do tipo arábica. Na impossibilidade de replantá-lo, eis que surge como alternativa, no início da década de 1960, o café conilon robusta, que já havia sido introduzido em uma pequena lavoura experimental implantada na Fazenda Monte Líbano, em Cachoeiro de Itapemirim, pelo governo de Jerônimo Monteiro (1912-1916)¹⁷.

Segundo palavras de Arthur Gerhardt dos Santos (VASCONCELLOS, 2004), governador do Espírito Santo entre os anos de 1971 a 1975, que teve como secretário de Agricultura Ivan Shalders, era reconhecida a péssima qualidade do café capixaba – os localizados em terras baixas, e que o IBC proibia o plantio do café robusta, proibia porque não financiava.

Aí eu consegui com três prefeitos, o de Colatina, o de Pancas e o de São Gabriel da Palha, fazer os primeiros viveiros de mudas de café robusta, café conilon, e começar a difundir entre os agricultores. Quem não é familiarizado com café sabe que o café robusta tem defeitos e qualidades como todos nós. Ele tem defeito, não é bom de gosto, não tem o mesmo gosto do arábica bem feito, mas em compensação, tem uma taxa de extração altíssima – quando é coado ou quando vira café solúvel – e tem uma cor muito forte (VASCONCELLOS, J.G.M *apud* SANTOS, Arthur Gerhardt dos. 2004, p. 50).

¹⁶ Para as regiões abaixo de 400 metros surgiu a cafeicultura de conilon. Pelo exposto, o café do Espírito Santo, na época, era inadequado para o tipo de solo e clima da região, pois em regiões de baixa altitude o café tipo arábica mostrou-se improdutivo para fins comerciais.

¹⁷ CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CAFÉ. *Cafeicultura capixaba*. Disponível em: <http://www.cetcaf.com.br/Links/cafeicultura%20capixaba.htm>. Acesso em: 07 mar. 2007.

Em São Paulo, as plantações eram bem maiores, o que permitia renovação de partes dos cafezais periodicamente, substituindo as plantas improdutivas quando atingissem um nível bastante baixo de produção e se tornassem antieconômicas. Os cafeicultores do Espírito Santo não renovavam seus cafezais como acontecia em São Paulo. Primeiramente, não existia uma renovação periódica, por se tratar de pequenas lavouras familiares (muitas dessas famílias dependiam exclusivamente do café).

Assim a economia capixaba apresentava-se altamente resistente à crise e à desestruturação de sua base produtiva. Embora devesse ocorrer a expansão da produção de outros produtos agrícolas tradicionais, deveria preservar-se tanto a capacidade produtiva da cafeicultura como a própria unidade básica de produção, a pequena propriedade familiar (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 52).

O desenvolvimento do que seria a indústria moveleira na região norte inicia-se, em princípios da década de 1960, com alguns imigrantes que vieram do Sul do estado e que buscavam terras para produção de café nas proximidades de Colatina. Ao mesmo tempo em que se dedicavam à agricultura, desenvolviam a produção artesanal de roupas, alimentos e móveis¹⁸.

Para se ter idéia da magnitude que teve a política federal da erradicação do café no Espírito Santo, basta, com base em dados do IBGE, de 1968, compararmos as dimensões territoriais deste Estado com as dos outros Estados, juntamente com a quantidade de cafeeiros erradicados pela citada política, para então se

²² O Pólo de confecções de Colatina também tem a sua base de formação no mesmo período do Pólo Moveleiro de Linhares (FREITAS; DADALTO, 2003).

poder imaginar os seus impactos, tendo em vista que, enquanto em São Paulo, Minas Gerais e Paraná foram erradicados 299.364, 363.703 e 249.957 mil pés de café, no Espírito Santo o número foi de 303.175. Assim, o Espírito Santo, abaixo de Minas Gerais – primeiro colocado no *ranking* da erradicação –, foi o Estado que mais erradicou cafezais, acima, até mesmo, de São Paulo. Resultado: reduziu-se à metade, de 1960 para 1970, a área ocupada pelo café no Espírito Santo, continuando a se verificar essa redução, em menor intensidade, até 1975. No lugar do café cresceram as áreas de pastagens, que passam de 310.096 para 1.408,761 hectares e elevam-se aproximadamente em 400 mil hectares nos cinco anos seguintes.

A reorganização territorial no campo a partir da liberação das áreas do café deu-se, também, estimulada pela política federal de incremento da pecuária, especialmente no primeiro quinquênio da década de 1970. Apesar de o efetivo bovino dobrar na década de 1960, passando de 653.890 para 1.386.809 animais, o mesmo fenômeno quase se repete na década seguinte, porém na metade do tempo, quando atinge, em 1975, um efetivo de 2.104.159 bois, conforme dados dos Censos Agropecuários do IBGE.

É do conhecimento corrente que a pecuária é uma atividade que utiliza pouca mão-de-obra, ao contrário da cultura do café, que requer um elevado contingente de trabalhadores. Estima-se que, com a substituição do café pela pecuária, o desemprego provocado foi elevado no Espírito Santo, da ordem de 60 mil trabalhadores. De acordo com ROCHA e MORANDI (1991), a mão-de-obra liberada pela erradicação do café foi da ordem de 73 mil pessoas, sendo que apenas 13 mil encontraram trabalho no campo. Em consequência, admite-se que

um elevado contingente de pessoas com história de trabalho no campo e suas famílias deixaram a área rural em busca de alternativas de emprego nas principais cidades do Estado.

3.3. Conseqüências da crise da cafeicultura

Durante a crise do café, na década de 1960, a produção moveleira passou a ter maior importância no sustento das famílias, que começam a se especializar nesta produção. As pequenas marcenarias surgiram como produção temporária, objetivando a complementação da renda familiar.

Neste mesmo período, o governo estadual incentivou a expansão populacional para outras regiões ao norte do estado, como a de Linhares, onde passa a doar terras. Isto incentivava o deslocamento de várias famílias, provenientes de regiões como Colatina, Montanha e São Rafael.

Como já falamos anteriormente, foi no Estado do Espírito Santo que a política de erradicação teve maior impacto, provocando uma profunda crise social, devido, principalmente, ao problema do desemprego no setor agrícola, que provocou êxodo de famílias para as cidades.

Muitas famílias de cafeicultores migraram para áreas urbanas ou outros lugares onde poderiam explorar outras atividades econômicas, como a extração da madeira e seu beneficiamento. Uma das áreas que recebeu esse contingente foi Linhares.

Alarmados, as autoridades do Governo Estadual e o empresariado, em geral vinculado à atividade cafeeira, passaram a pressionar os órgãos Federais e através de um acordo entre o Governo Estadual e IBC, foram repassados recursos que auxiliariam a retomada da atividade econômica estadual. E somente em 1969, passa a operar um mecanismo e incentivos fiscais vinculados ao governo estadual, com política nitidamente voltada para a industrialização e diversificação da economia cafeeira (REVISTA CAFEICULTURA, 21/02/2007).

Pode-se dizer que a partir da crise cafeeira surgiu um novo olhar da economia capixaba. Portanto, em 1967 – auge da erradicação do café –, foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES), com a missão de atuar como principal instrumento de revitalização da economia capixaba.

Em 1969, a CODES foi transformada em Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), com as atribuições e responsabilidades delineadas pelo Banco Central. Desde então, o banco vem fomentando o crescimento de pequenas, médias e grandes empresas capixabas, gerando renda, emprego e competitividade da economia.

Pelo Decreto Lei n. 880, de 1969, foi criado o FUNRES (Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo). Esse mesmo decreto criou o GERES (Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo) para administrar e disciplinar os recursos e os incentivos.

A Lei estadual n. 2.469, de 28 de novembro de 1969, autorizou que contribuintes do ICM (atual ICMS) pudessem deduzir parte do imposto a ser recolhido em favor do FUNRES e indicou o BANDES como depositário desses recursos. Assim, ainda em seus primórdios, o BANDES recebeu a missão de ser o agente técnico e financeiro do sistema de incentivos fiscais, que objetivava viabilizar a

implantação, ampliação, modernização e realocização de empreendimentos produtivos no Espírito Santo.

Além dos vários incentivos governamentais para estímulo econômico no Espírito Santo, em Linhares outro fator importante foi a construção da rodovia BR 101 na década de 1960. O trecho que divisa RJ/ES-Vitória já estava construído e pavimentado em 1960, e o trecho Vitória-divisa ES/BA foi construído em 1966, com sua pavimentação acabada em 1969 (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 89).

A rodovia, sem dúvida, impulsionou a economia Linhareense. Villaschi Filho e Bueno (2000) afirmam que:

[...] a cidade de Linhares passa a se desenvolver em torno da rodovia. A BR 101 teve, como ainda tem, um papel muito importante no crescimento da indústria moveleira em Linhares em função das facilidades de transporte de matérias-primas e produtos finais. Outras regiões moveleiras, também no norte do estado e algumas na região sul, que não são cortadas pela 101 tiveram o seu desenvolvimento comprometido em função da dificuldade de acesso.

3.4. Aspectos econômicos e sociais

Até o começo dos anos sessenta pouca gente pensaria em termos de crise. Falava-se de “Revolução Industrial”, nas grandes transformações econômicas, sociais e políticas pelas quais o país estava passando, na “Revolução Brasileira”. Sem dúvida, problemas surgiam no processo de desenvolvimento econômico e social, e tais problemas eram apontados, discutidos. Mas a abordagem que dominava o Brasil era otimista, positiva. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial

o país era por um sentimento de otimismo, que nos últimos anos da década de 1950 se transformara em euforia. O Brasil não era apenas “o país do futuro”. Estava se transformando rapidamente nesse país. PEREIRA (1968).

O entusiasmo pela possibilidade de construir algo novo implicou no surgimento e/ou no impulso a vários movimentos no campo artístico. Eram novas formas de pensar e fazer o cinema, o teatro, a música, a literatura e a arte que se aprofundavam, como revisão do que fora feito até então.

Em alguns casos, consolidou-se um movimento que já se iniciara em décadas passadas. Mas outros movimentos nasceram exatamente naquele momento e se tornaram marcos e/ou referências de renovações estéticas que viriam a se firmar mais plenamente depois. Guardando suas especificidades, e em graus diferenciados, tanto o cinema, quanto o teatro, a música, a poesia e a arte, movidos pela crença na construção de uma nova sociedade, fosse ela industrial, fosse ela centrada na valorização do elemento nacional e popular, abraçavam expressões artísticas e estéticas inovadoras que vinham sendo praticadas não só em outras partes do mundo, mas também no próprio país. Essa foi, em linhas gerais, a marca do processo de renovação estética em curso ao longo da década de 1950. Por outro lado, o vigor do movimento cultural encontrava eco junto a setores das camadas médias urbanas em franca expansão, sobretudo universitárias, sintonizadas com o espírito nacionalista da época e com a crença nas possibilidades de desenvolvimento do país.

Em relação ao desenho industrial notamos maior ênfase no uso de materiais brasileiros, maior preocupação com as formas do móvel vernacular do país e, no limite, a própria produção em série visava atender a um consumidor mais

popular; enfim, o móvel se orientou por um certo “estilo nacional”.(SANTOS, M.C. L. 1995, p. 124).

Os anos 1960 encontraram um Brasil mais sofisticado e mais complexo. Surgiam novas necessidades e novos desafios, quase num moto-contínuo em que progresso e diversificação geravam mais diversidade e desenvolvimento.

Em sua primeira década de existência, o BNDES contribuíra decisivamente, sobretudo com os investimentos em infra-estrutura, para que fossem dados os primeiros passos na transição de país eminentemente agrário à potência industrial (BNDES, 24/11/2006).

O panorama econômico dos anos finais da década anterior até 1961 fora marcado pelo desenvolvimentismo do governo JK. Em janeiro de 56, Kubitschek assume a presidência.

O desenvolvimentismo é a principal política do governo Kubitschek, cujo *slogan* é "50 anos em 5". Industrializar aceleradamente o país, fazer da indústria o centro das atividades nacionais e superar definitivamente a dependência da economia do café são algumas das premissas de Kubitschek.

E conforme Rocha e Morandi (1991, p. 79):

[...] na década de 1950, o setor industrial, apesar de afetado pela crise de preços do café, passou a receber impactos positivos do início da implantação de importantes projetos industriais, instalados sob a orientação do PLANO DE METAS. Assim, o início da crise da cafeicultura coincidiu com o novo ciclo de expansão do investimento industrial a nível nacional, realizado entre 1956/1961. Essa política desenvolvimentista, que objetivava a consolidação da base produtiva da indústria nacional, acabou tendo repercussões positivas sobre o parque industrial capixaba.

3.5. Antecedentes gerais da indústria do mobiliário

Falar da modernidade do mobiliário brasileiro é reiterar a referência transnacional e atemporal do bom móvel. Internacional, funcional, versátil – estética e fisicamente – a sua personalidade, que reflete a do autor, não impedem o diálogo e a convivência entre móveis diversos. Embora particular, o bom móvel estabelece um diálogo com a arquitetura e com o usuário: sua memória acomoda-se à do sujeito responsável pela escolha, desenho ou uso.

Incorpora-se, dado ser objeto de utilização articulada a outros móveis, ao arranjo individualizado e proporciona leituras específicas. Tais móveis são elementos que teriam significados culturais e identitários, caracterizando, assim, uma linguagem brasileira, linguagem herdada de refinados marceneiros.

O *design* do móvel da década de 1950 relacionava a forma essencial com ênfase nas qualidades estruturais ou esculturais de caráter abstrato, focando, assim, a função estética do utilitário. A função prática privilegiava a obtenção de maior conforto e convivência, com o mínimo de material – máxima da moderna tecnologia e da demanda econômica: o uso de materiais leves em peso e cor, de textura homogênea e compacta; a simplificação estrutural com redução de juntas, facilitando o processo de manufatura.

O período fértil do mobiliário moderno brasileiro vai de 1947 até os anos JK, com Joaquim Tenreiro, Geraldo de Barros, Lina Bo Bardi, Zanine Caldas, Michel Arnoult, Villanova Artigas etc.



Vilanova Artigas - Cadeira Preguiça – Museu da Casa Brasileira



Lina Bo Bardi - Cadeira Frei Egidio – Museu da Casa Brasileira

Coincidindo com um período de grande ufanismo pela modernidade visionária de JK, para cá migraram vários *designers* estrangeiros. Os móveis deste período tinham por característica uma afinidade com a nova arquitetura brasileira, notadamente em Niemeyer e Lúcio Costa. Nesta época, surgem várias empresas que viriam interferir substancialmente no estilo e gosto brasileiros.

Nos anos de 1960 surgiram empresas moveleiras que produziam móveis de alta qualidade com conceito de *design* – como Forma e Mobilínea. Marcante também foi o fato, de que nessa década, muitas empresas tradicionais investiram em *design* como a Teperman que nessa década se associa a empresa americana Herman Miller. Enquanto trazia para o Brasil um *design* de vanguarda, a Teperman abriu espaço para *designers* brasileiros como Oscar Niemeyer, John Graz e Ico Parisi que já nessa época desenhavam móveis atualíssimos.

Com a inauguração de Brasília, as empresas que produziam móveis de boa qualidade com *design* brasileiro ganharam destaque. Brasília passa a representar uma oportunidade de mercado funcionando como uma grande vitrine para os mercados interno e internacional.

Os dois grandes centros do país, São Paulo e Rio de Janeiro, praticamente detiveram, entre os anos 1930 e 1960, a maioria das iniciativas em matéria de modernização da mobília.

O Rio de Janeiro, de certa forma, na qualidade de Capital Federal, concentrava boa parte dos recursos para investimentos em obras públicas, surgindo daí uma demanda bem característica de produção de mobília de escritório. Já São Paulo, como maior pólo industrial e econômico, aglutinava grande parte dos recursos tecnológicos para a execução do mobiliário então projetado.(SANTOS, M.C. L. 1995, p. 51). Em outros lugares no Brasil, limitavam-se, em sua maioria, a seguir a orientação proveniente dessas metrópoles.



Poltrona Giratória, anos 60 - Arredamento
Estrutura com estofamento em tecido e pé de imbuia



Jorge Zalszupin - Compensado de jacarandá, couro e ferro cromado

fonte: www.bndes.gov.br/cultura/espaco/galeria/mobiliario

Enquanto isso, parece que o Espírito Santo ficou afastado de todos esses conceitos modernos, visto que, por meio da pesquisa para compor esse trabalho, não foram encontrados registros impressos ou fotos de móveis com as características modernas citadas acima. Talvez, por não ter acontecido até então a transição de uma economia rural para a urbana.

O marceneiro capixaba, em boa parte, é oriundo do meio rural, e somente na década de 1960 o ofício de marceneiro será visto como uma atividade econômico-urbana, ou seja, não chegou a ser influenciado pelo modismo da época ou pelo modernismo de *designers* como Joaquim Tenreiro, Lina Bo Bardi, Geraldo de Barros, etc.



Cadeira Bowl, 1951 - Lina Bo Bardi
Tubo de ferro pintado, alumínio repuxado e revestimento em tecido



Cadeira, anos 60 Bernardo Figueiredo
Jacarandá e palhinha

fonte: www.bndes.gov.br/cultura/espaco/galeria/mobiliario

Joaquim Tenreiro torna-se conhecido como *designer* em 1942, quando recebe a primeira encomenda de móveis, destinados à residência de Francisco Inácio Peixoto, em Cataguases, interior de Minas Gerais, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer (1947) . Esses são os primeiros exemplares concebidos, projetados e realizados por ele, que se distinguem pela sobriedade e beleza das formas e pela sábia utilização de madeiras brasileiras. Dialogava também com a pureza das formas arquitetônicas de Niemeyer.

A *Poltrona Leve* (1942) – realizada nas versões clara, em madeira marfim e escura, em imbuia, com tecido estampado por Fayga Ostrower (1920-2001) - é uma de suas produções mais conhecidas, concebida de acordo com a idéia de que a mobília brasileira deve ser formalmente mais leve.



Joaquim Tenreiro
[Http://www.bndes.gov.br/cultura/espaco/images/mobilia/011.jpg](http://www.bndes.gov.br/cultura/espaco/images/mobilia/011.jpg)



Joaquim Tenreiro
[Http://www.bndes.gov.br/cultura/espaco/images/mobilia/011.jpg](http://www.bndes.gov.br/cultura/espaco/images/mobilia/011.jpg)

Na *Cadeira de Três Pés* (1947), inova ao associar a geometria a um uso muito particular das cores das madeiras nacionais. Composta de combinações de madeiras de diferentes tonalidades (imbuia, roxinho, jacarandá, marfim e cabreúva), essa cadeira apresenta um refinado jogo cromático. O uso da cor, anteriormente restrito ao acabamento dos móveis, torna-se um conceito central em sua criação. Na *Cadeira de Balanço* (1948), utiliza a palhinha – uma tradição do móvel colonial brasileiro retomada pelo artista – e o jacarandá. Como outros móveis de Tenreiro desse período, ela tem uma aparência leve e luminosa, contrastando com a mobília sólida e sóbria, criada anteriormente para a firma Laubisch & Hirth.

Em algumas cadeiras e poltronas, o artista explora os efeitos plásticos da trama em palhinha e outros materiais que evocam o trançado e a cestaria indígenas. O uso de madeira e fibras naturais associa-se à necessidade de adequar os móveis ao clima tropical. Juntamente com estas composições orgânicas, outras peças de Tenreiro como, por exemplo, a *Cadeira Estrutural*, apresentam linhas retas e

elementos geométricos, regulares, empregando estruturas tanto de madeira (1957) quanto de metal (1961). O conhecimento profundo da madeira permite a Tenreiro obter a qualidade poética de suas obras.



Poltrona Leve, 1942 - Joaquim Tenreiro imbuia



Cadeira, 1950 - Joaquim Tenreiro

fonte: <http://www.ignezferraz.com.br>

No fim da década de 1960, por questões pessoais e também de mercado, encerra as atividades de *designer* e dedica-se principalmente à escultura.¹⁹

Com o desenvolvimento industrial a partir da década de 1950, surgiram várias fábricas de móveis no país, processo consolidado nos anos 1960 e 1970. Antes, uma lenta mas constante evolução marcou a história do móvel moderno brasileiro, surgida em 1915 com a cama *Patente* – releitura popular de madeira das caras camas inglesas de ferro da época²⁰. E a partir do modernismo nos anos 1920 e da moderna arquitetura nos anos 1930, artistas plásticos e arquitetos passaram a criar peças para suprir aquela estética revolucionária.

¹⁹ ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. *Artes visuais*. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br>. Acesso em: 24 nov 2006.

²⁰ Cama de madeira torneada inspirada na ilha de móveis Thonet, cuja produção original se deve ao imigrante espanhol Celso Martinez Carrera, que, em 1915, lançou as bases do *design* moderno brasileiro. Produzido em escala industrial, fácil de construir e de montar, devido ao seu baixo custo tornou-se acessível a amplas camadas da população, substituindo os móveis feitos por encomenda.



Cama Patente: Celso Martinez Carrera (1915) e Poltrona Mole: Sérgio Rodrigues (1957)
Disponível em <http://www.luxstudium.com.br/artigos>

Já a contribuição de profissionais vindos da Europa após a Segunda Guerra Mundial foi importante nos anos 1940, período de maturação para o *boom* que viria a seguir.

Abundante no Brasil, a madeira começou a dar espaço a materiais alternativos por obra de talentosos *designers*, muitos dos quais se aproximaram da fronteira entre arte e *design*, assim como a geração posterior.

3.6. Características do mobiliário na década de 1960

Nessa década, a indústria moveleira, ainda com processos de produção artesanais (marcenaria), adquire um caráter importante para sustentação das famílias migrantes que se especializam nos ofícios de carpintaria e marcenaria.

Acontece também, nesse período, o incentivo do governo estadual visando expandir a população para outras regiões dentro do estado, como Linhares, por meio de doações de terras.

Trazendo como bagagem o conhecimento da carpintaria – para fabrico de carroças, porteiros e outros produtos a partir da madeira –, esses filhos da imigração italiana logo se ocupam desses labores com a madeira, matéria-prima que ainda era muito abundante na região.

Vale destacar, por sua repercussão particular, o papel da industrialização. Verificou-se verdadeiro desdobramento social da primitiva classe de colonos e de imigrantes artífices. A atração exercida pelo estabelecimento industrial acarretava uma transformação na atividade até então exercida. Os artífices e artesãos passavam de categoria, e do primitivo ambiente rural se transferiram para as vilas criadas ou acompanhava o desenvolvimento da própria localidade. (DIEGUES JUNIOR, 1964, p.117)

O pólo moveleiro de Linhares teve sua base em pequenas marcenarias familiares comandadas por profissionais caprichosos e criativos, em sua maioria descendente de italianos, agricultores ou filhos de agricultores. Com o crescimento dos núcleos populacionais e, assim, com a expansão da demanda, a importância da produção moveleira cresceu. Nesse período já estava ocorrendo alguma mudança no mobiliário brasileiro em geral. Os móveis tradicionais, caros e robustos, produzidos por encomenda, já começam a ceder espaço para móveis com componentes em melamina²¹ e produzidos de forma seriada.

Devemos entender a indústria moveleira como um setor de desenvolvimento industrial tardio, que somente a partir dos anos 1960 generalizou a produção em escala de móveis padronizados, apesar de ser marcante que os móveis dessa década ainda priorizavam o acabamento manual e a utilização de madeira

²¹ A melamina tem como nome comercial a fórmica.

maciça. A produção artesanal, apesar do alto valor agregado aos seus produtos, não conseguiu acompanhar o crescimento urbano, que nesse período foi de forma acelerada. E este tipo de produção tem seus limites físicos, ou seja, seus processos são lentos, daí a urgência de trabalhar com configurações industriais mais dinâmicas para atender um consumo crescente.

Com certeza, a produção de móveis em escala industrial foi iniciada pelo aumento de consumo ocasionado pela expansão urbana, pelo surgimento de um mercado para móveis padronizados – de desenho mais simples, retilíneo e modulado – e pela adoção de matérias-primas mais baratas e produzidas industrialmente, sobretudo chapas de madeira processada, como o compensado. Nesse momento, a indústria moveleira sente a necessidade de expansão de produção e vendas, acontecendo aí uma busca de adequação da sua produção em relação ao poder aquisitivo do consumidor.

De fins dos anos 1950 até a construção de Brasília, a modernização do ambiente doméstico deu-se em pequena escala, o móvel sendo um elemento-chave na construção da interioridade privada, em contraposição à exterioridade do ambiente de trabalho.

Durante a construção de Brasília, Oscar Niemeyer convidou vários arquitetos e *designers* a projetarem móveis para os edifícios públicos: Joaquim Tenreiro, que já havia equipado um projeto que fez para a residência de Francisco Peixoto, em Cataguases, Minas Gerais, em 1942; Sérgio Rodrigues, Sérgio Bernardes e Bernardo Figueiredo. (SANTOS, 1995, p. 56).

A partir dos anos 1950, houve uma definição quanto ao *design* e à forma de produção dos móveis (RIGONI, 1998, p. 63).

A rapidez da industrialização, as cidades crescendo – vertical e horizontalmente –, a intensificação da mídia e a expansão de lojas especializadas geraram uma demanda por móveis em grande escala, dando origem à produção seriada. Conseqüentemente, o *design* dos móveis se alterou. O *design* assume uma nova configuração, não mais os móveis tradicionais, por encomenda e trabalhados à mão. O trabalho manual dá lugar à limitação de uma nova maquinaria, e marceneiros são substituídos por operários com pouca ou nenhuma qualificação para o ofício.

De fato, esse setor se desenvolveu e teve uma significativa modernização, enfrentando já, nesse período, uma queda do poder aquisitivo da classe média. E o que se vê, em seguida, é uma busca de um novo mercado na população de baixa renda, ofertando produtos de baixa qualidade e frágeis como estratégia de redução dos custos de produção. A maior parte dos móveis já era retilínea, isto é, móveis lisos, com desenhos simples, linhas retas, praticamente inexistindo componentes torneados²². Poucas marcenarias aplicavam detalhes torneados de acabamento. As principais matérias-primas utilizadas eram madeiras nativas e o compensado²³.

A madeira reflorestada tinha pouco uso nas marcenarias capixabas. Mesmo sendo pequenas marcenarias, já se propunham a uma racionalização da produção. E essa racionalização seria quase em função da otimização do modo de produção, eliminando atividades mais artesanais, como torneados, aplicação

²² Considero esse estilo como uma tendência imposta pelos *designers* e arquitetos da época, não uma necessidade ainda de eliminação de processos industriais.

²³ Compensado ou compensado de lâminas paralelas (*Lammyboard*). Trata-se de um painel derivativo do compensado sarrafeado, com a diferença de que o miolo é composto por painéis de lâminas paralelas seccionados no sentido longitudinal, em tiras e viradas em ângulo de 90°. As faces são constituídas de âminas de madeira em disposições cruzadas.

de fibras naturais e eliminação de quaisquer adornos, tais como marchetaria, encaixes, etc. A questão era criar modelos de fácil execução, objetivando o mercado, não mais oferecendo alterações estéticas.

Mas já se notava também uma mudança em direção a novos materiais. Verificava-se, em Linhares, nesse período, a instalação de muitas serrarias e também muitas marcenarias familiares, notando aí o embrião daquilo que futuramente viria a ser o pólo moveleiro de Linhares. Entre 1965 e 1975, surgiram quatro fábricas de compensados na região: duas em Colatina – Serraria Barbados e Serraria Industrial Alves Marques –, uma em Conceição da Barra – Companhia Brasileira de Indústria e Comércio (COBRAICE) – e uma em Linhares – Mobraisa (VILLASCHI FILHO; BUENO, 2000). Ainda de acordo com esses autores, o reflorestamento iniciado no estado a partir de 1967 somente veio refletir no setor moveleiro na década de 1990²⁴.

Então, no período compreendido entre 1965 a 1975 se daria o começo do desdobramento da cadeia produtiva moveleira de Linhares, com o surgimento dessas fábricas de compensados que se utilizavam de matéria-prima local, todas elas situadas na região Norte do estado.

A partir de 1967, inicia-se o processo de reflorestamento no estado, porém a oferta de madeira reflorestada só será interessante para o pólo moveleiro de Linhares na década de 1990.

Surge, então, o conceito de mercado estratificado em nichos por faixa etária, econômica, social, sexual e também por estilos de vida. Noções que começam a

²⁴ O reflorestamento no Espírito Santo iniciou-se em 1967 a partir do incentivo fiscal instituído pela Lei n. 5.106/66.

ser introduzidas no setor moveleiro no final dos anos 1960. Esses novos conceitos se evidenciaram mais na década de 1980, que descreveremos oportunamente em outro capítulo mais adiante.

A definição de um novo conceito estético, limpo, sem detalhes elaborados, foi ditado pelos *designers* da época, influenciados talvez pela concepção arquitetônica de Brasília e também pela euforia de um Brasil moderno. Devemos levar em conta que *designers* como Geraldo Barros tinham uma preocupação com a função do móvel e pretendiam alcançar qualquer camada da sociedade com um produto de *design* limpo, bonito e barato.

3.1. Alguns dos pioneiros da movelaria em Linhares

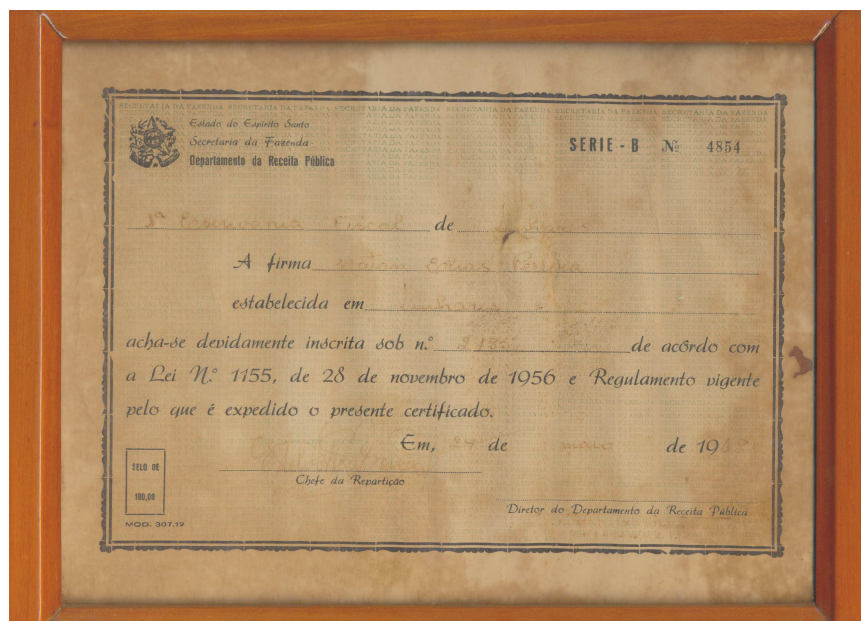
O Sr. Natan Elias foi um precursor na fabricação de móveis por medida em Linhares. Nos anos 1960, instalou uma oficina e fez escola. Natural de Muqui, Espírito Santo, também marca o pioneirismo em Linhares a partir de 1964. Autodidata, de uma família de oito irmãos, aos oito anos já fazia incursões em marcenaria, trabalhando como lixador. Antes de montar a sua marcenaria (Juparanã Móveis) em 1964, trabalhou como carpinteiro. A linha de estilo da Juparanã Móveis era de móveis retilíneos e modernos, fugindo de desenhos mais rebuscados, talvez seguindo uma linguagem modernista ditada pelo governo JK, arquitetos e *designers* da época.

A Juparanã Móveis iniciou suas atividades com dez máquinas de fabricação nacional (Invicta), como desempenho, esquadrejadeira, serra fita, torno etc.

Contava, nessa época (1967), com sete empregados, produzindo móveis domésticos em geral (camas, mesas e cadeiras, armários, etc.).

Somente um dos filhos se interessou pela marcenaria, vindo a abandonar a profissão logo em seguida. No entanto, dois rapazes (os irmãos Sebastião Rodrigues dos Santos e José Rodrigues dos Santos), que foram treinados por ele, herdaram o gosto pela marcenaria e continuaram a atividade.

Os irmãos Sebastião Rodrigues dos Santos e José Rodrigues dos Santos tocam a produção de móveis até hoje, mas pensam em desistir do negócio por falta de incentivo²⁵.



Fac-simile do Alvará da Juparanã Móveis

Outros dois fabricantes de móveis artesanais se estabeleceram nessa mesma década: José Dalvi e Ezidio Frasson.

José Dalvi, mais conhecido como Zé Dalvi, descendente de lavradores italianos,

²⁵ SANTOS, Sebastião Rodrigues dos; SANTOS, José Rodrigues dos. Entrevista concedida a Paulo Cezar Pinheiro Guedes, Vitória, 21 mar. 2006.

nascido em Alfredo Chaves, ainda criança mudou-se para Rio Bananal, onde aprendeu o ofício de marcenaria com o seu pai Pedro Dalvi, único filho de uma família de dez irmãos a trabalhar com a madeira, os demais eram pequenos lavradores²⁶.

José Dalvi mudou-se para Linhares em 1958, atraído talvez pela grande quantidade de serrarias existentes nesse período, onde criou a Fábrica de Artefatos de Madeira em 1959, que funcionou até 1980.

Nessa pequena fábrica ele e mais três empregados, com uma máquina de desempenho da marca *Invicta*, de fabricação nacional – as outras máquinas foram desenvolvidas pelo próprio José Dalvi, que, além de exímio marceneiro, é muito habilidoso em mecânica –, desenvolveram móveis em geral, com técnica apurada de marcenaria clássica, como torneados, com entalhes e inserção de marchetaria e um trato artístico para a madeira que se aproxima bastante dos móveis desenvolvidos pela Morris & Co. de Willian Morris – Inglaterra, 1907.

Pode-se, sem nenhuma dúvida, compará-lo aos grandes marceneiros europeus no que se refere à beleza e ao uso adequado de materiais.

3.7. A Moveleira

As empresas moveleiras maiores trouxeram um padrão mais racional ao processo de fabricação de móveis. E a maior contribuição dessas empresas foi a de criar competências no trabalho com a madeira.

²⁶ DALVI, José. Entrevista concedida a Paulo Cezar Pinheiro Guedes, Vitória, 22 mar. 2006.

A família Rigoni, a representante mais próspera do segmento no Espírito Santo, atualmente, era de agricultores que sabiam fazer móvel. As dificuldades na lavoura levaram aquelas pessoas daquela família a dedicarem mais tempo à fabricação de móveis. Migraram da região de Marilândia para Montanha, trabalhando no ofício da madeira.

O começo da Movelar, a maior empresa do ramo moveleiro do Espírito Santo, se dá também nessa década, precisamente em 1969.

Anos mais tarde, em 1979, já com alguma condição financeira e com recursos junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, compraram a fábrica Mobra, que passava por dificuldades. A partir desse momento a Movelar passa para a produção de móveis seriados, diminuindo o custo final de seus produtos e ampliando sua faixa de distribuição dentro do Espírito Santo, de Minas Gerais e da Bahia. Com essa nova maneira de produção, a Movelar também investe em qualificação da mão-de-obra. Essa qualificação provavelmente acontece de acordo com a implantação de novas tecnologias e de uma nova matéria-prima utilizada, que seria o MDF.

Existe uma tendência das empresas menores seguirem as líderes, esses funcionários da Movelar foram treinados para a produção em série, criando uma mão-de-obra qualificada que seria usada posteriormente por outras empresas, em função tanto das dispensas causadas pela modernização tecnológica da empresa quanto do próprio funcionário em busca de um negócio próprio, gerando, assim, outras empresas moveleiras na região de Linhares.

Essa especialização da Movelar passa a conduzir uma tendência no modo de produção de móveis na região.

Pelas entrevistas relatadas anteriormente, verifica-se que o início da produção moveleira em Linhares se estabelece primeiramente a partir de empresas de famílias conhecidas e amigas. Sem a posição de concorrentes, todo o trabalho dessas marcenarias era marcado pela solidariedade e camaradagem. Havendo até mesmo o empréstimo ou aluguel de ferramentas e máquinas, fato que aconteceu com a Movelar no seu início, quando alugava ferramentas do Sr. Natan Elias.

Isso acontecia de maneira cordial e solidária, próprio do sentido mutualista e cooperativado, mesmo que ainda não houvesse essa intenção.

Ficou no passado essa maneira camarada do trabalho em parceria espontânea. Que seria, na verdade, uma forma de quebrar a neutralidade induzida pelo modo de produção seriado. Seria exatamente produzir móveis artesanais, que refletissem o trabalho do marceneiro, criando uma identidade e deixando de ser meros produtos industriais.

O cooperativismo e mutirão são termos usados para denominar um processo produtivo, baseado exatamente a partir de uma cooperação entre esses profissionais, na troca de favores, informações, diferentemente das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho.

O universo daqueles marceneiros, relatados anteriormente, constituía-se no trabalho realizado em família, fazendo móveis sob encomenda para um cliente com rosto e nome. O conteúdo desse trabalho era, antes de tudo, a tradição passada do avô ao pai e depois ao neto, trabalho criado e gerido pelo próprio trabalhador. Muito diferente do trabalho executado na nova indústria, dividido em células de produção, com metas preestabelecidas, onde as tarefas são

fragmentadas e repetitivas, para uma produção sem fim de móveis, também repetitivos, onde somente o preço justifica a sua venda.

Interessante notar que apesar do surgimento e da implantação de algumas marcenarias, a exploração da madeira começava a declinar. Nesse período, muitas madeireiras já não mais exportavam a madeira em bruto (toras), mas sim beneficiada, como se já percebessem a falta da madeira em quantidade exportável e procurassem agregar algum valor ao produto restante por meio de seu beneficiamento para a movelaria local.

3.8. A Aracruz Celulose

Ainda nessa década, em 1967, dá-se início o processo de reflorestamento no estado, a partir da política de incentivo fiscal instituída pela Lei Federal n. 5.106/66, de 2 de setembro de 1966,²⁷ considerada o marco inicial na legislação de incentivo à política de reflorestamento no Brasil²⁸. Em um de seus artigos a lei afirma:

Art. 1º - As importâncias empregadas em reflorestamento e florestamento poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas residentes ou domiciliadas no Brasil, atendidas as condições estabelecidas na presente lei.

§ 1º - As pessoas físicas poderão abater da renda bruta as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou reflorestamento e

²⁷ BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. *Lei nº. 5.106, de 2 de setembro de 1966*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=116684>. Acesso em: 15 out. 2007.

²⁸ Segundo Rocha e Morandi (1991), a atividade de reflorestamento se desenvolveu no Espírito Santo a partir da Lei n. 5.106/66, que permitiu a dedução de até 50% do Imposto de Renda devido para aplicação em reflorestamento, e a partir da Portaria n. 784/69 (IBDF), que tornou obrigatório o plantio de novas essências florestais por empresas que utilizam madeira como matéria-prima.

relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto for devido [...].

§ 3º - As pessoas jurídicas poderão descontar do imposto de renda que devam pagar, até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou reflorestamento, que poderá ser feito com essências florestais, árvores frutíferas, árvores de grande porte e relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto for devido.

Essa foi a lei que deu brechas para a Aracruz se firmar como a maior produtora de celulose do mundo, promovendo também um desastre ecológico sem precedentes na história do Espírito Santo, com a participação e conivência do Regime Militar.

Conforme (BORGHO; ROSA; PACHECO, 1966, p. 155), em 1978, pouco antes da inauguração de sua fábrica em Aracruz, o que ocorreria em janeiro de 1979, a Aracruz Celulose S.A. divulgou as seguintes “Informações sobre o Projeto Aracruz”:

[...] O empreendimento teve início em 1967, com a fundação da Aracruz Florestal (hoje uma subsidiária), responsável por todas as atividades florestais. Foram plantados cerca de 92 milhões de pés de eucalipto e mais 1,2 milhões de árvores de espécies locais, sendo 700 mil pés de jacarandá e milhares de pau-ferro e araribá. A fim de manter o equilíbrio ecológico da região existem cerca de 10 mil hectares de reservas florestais, principalmente junto dos cursos de água. Mais de 50 mil árvores frutíferas foram plantadas para alimentar a fauna que tende a se multiplicar.

Pelo exposto deveria haver entre a plantação de eucalipto espécies nativas e frutíferas variadas. Até a presente pesquisa não foi localizado qualquer documento comprobatório da ação da Aracruz Celulose nesse sentido. Sendo evidente, porém, que a Aracruz Celulose foi favorecida pelos governos dessa época, sem exigência de nenhuma condicionante ambiental.

O termo reflorestar significa transformar em floresta áreas que anteriormente eram cobertas por ela. O termo tem sido utilizado de várias maneiras. Algumas delas, com pouco valor ecológico. Em termos mais ecologicamente corretos, o reflorestamento deveria respeitar alguns critérios básicos. Talvez o mais importante deles diz respeito à necessidade de se usar diferentes espécies nativas do próprio local para o reflorestamento. Este critério é importante porque permite a diversidade biológica e estimula o retorno também da fauna (animais) local. E o significado de florestamento seria a Inserção de uma floresta onde não existia antes.

Para lembrar um período em que interesses particulares superavam os interesses sociais, foi instituído anterior à Lei Federal n. 5.106/66, o Novo Código Florestal brasileiro através da Lei 4.771, de 15.05.65,²⁹ que embora expressasse alguma preocupação preservacionista com as florestas nativas apoiava claramente a formação das florestas homogêneas para o consumo das empresas que utilizavam a matéria-prima florestal e já atribuía a isenção de impostos para seus projetos:

²⁹ BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. *Lei nº. 4.771, de 15 de maio de 1965*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L4771.htm>. Acesso em: 15 out. 2007.

Art.20 – as empresas industriais consumidoras de grandes quantidades de matéria-prima florestal são obrigadas a assegurar o plantio de novas áreas equivalentes ao consumo.

Art.38 – as florestas plantadas e até naturais estão imunes a qualquer tributação.

§ 1.º - não se considera tributável a renda das florestas plantadas.

§ 2.º - as importâncias empregadas em reflorestamento serão deduzidas integralmente do imposto de renda.

Art.39 – as florestas plantadas para exploração madeireira ficam isentas do imposto territorial.

Art.41 – os projetos de reflorestamento serão prioritários na aquisição de crédito com juros e prazos compatíveis.

Devemos salientar que, inicialmente, a atividade de plantio da floresta comercial de eucalipto não teve importância para o setor moveleiro. A primeira plantação, ocorrida em 1967 e incentivada pela Aracruz, foi com as espécies *E. grandis*, *E. saligna*, *E. urophylla*, que apresentam cerne branco e macio próprio para papel e celulose.

A oferta de madeira reflorestada para a indústria moveleira, em Linhares, só se tornará importante a partir do cultivo das espécies *E dunnii*, *E viminalis*, *E grandis*³⁰, cujos cernes não são suscetíveis a rachaduras e apresentam densidades propícias à marcenaria. Essas espécies foram colocadas no mercado pela subsidiária industrial Aracruz Produtos de Madeira a partir de agosto de 1999.

Em relação ao uso do eucalipto na movelaria, a princípio houve uma certa desconfiança. Não estávamos habituados a outro tipo de madeira, senão aquelas nativas. Persistia uma crença de que a madeira de eucalipto não oferecia condições para o aproveitamento como madeira serrada, para a produção de

³⁰ Denominações científicas de algumas espécies de eucalipto: *Eucalyptus grandis*, *Eucalyptus viminalis*, *Eucalyptus dunnii*.

lâminas e produtos acabados, como móveis. Acreditavam que as peças acabadas sofreriam empenamentos, contrações e outras distorções, e que tais defeitos inviabilizariam a produção do móvel de eucalipto, tornando-o sem valor.

A presença de certas características desfavoráveis da madeira do eucalipto, como elevada retratabilidade, propensão a torções durante a secagem e à presença de tensões de crescimento, que levam a rachadura e empenamentos, são, na verdade, defeitos que acontecem em qualquer tipo de madeira.

A verdade é que a versatilidade da madeira de eucalipto reside no tratamento adequado dispensado no processo de formação da árvore – espécies clonais adequadas para cada uso – e no processamento da matéria-prima, a madeira – como secagem a vapor.

Hoje, verifica-se que a possibilidade de uso da madeira de eucalipto em marcenaria e movelaria é uma realidade.

2.9. O ciclo do jacarandá

Procurava-se jacarandá nas matas do Espírito Santo como se garimpava ouro, pois suas melhores toras valiam, no mercado externo, até US\$ 4 mil.

Os preços alcançavam um teto tão elevado que se tornaram proibitivos para o mercado interno. Todo o jacarandá do Espírito Santo, bem como o de Minas Gerais e o do Sul da Bahia foi levado para o exterior³¹.

O mercado interno consumiu pouco jacarandá, pois o seu interesse era madeira

³¹ SÉCULO DIÁRIO, 31/10/2006.

clara, como a peroba-do-campo.

Mais de 10 mil pessoas envolveram-se com o ciclo do jacarandá, árvore que estava para a mata como o brilhante para o garimpo. Quem podia, e até gente que não podia, ia atrás dele, mas prevalecia quem tinha conhecimento e infraestrutura, o que na época se compunha de caminhões e tratores. O norte do Espírito Santo foi, inicialmente, aberto pelos madeireiros de peroba, mas quem, depois, rasgou todo ele com estradas foram os madeireiros do jacarandá. Houve casos em que uma estrada era aberta para se chegar a uma única árvore, tamanho o seu valor comercial. Durante o ciclo do jacarandá havia em Vitória uma bolsa para comercializá-lo. Funcionava ao ar livre, na Ponte da Passagem. No auge da exploração, a bolsa chegou a movimentar US\$ 100 mil por mês, com um fluxo diário de mais de 200 carretas. Mas o movimento mais febril passou a ocorrer mesmo depois de 1960, quando surgiu o motosserra e se aposentou o velho machado³².

O ciclo do jacarandá no Espírito Santo começa em 1960 e termina em 1967, coincidindo com a plantação das primeiras mudas de eucalipto pela Aracruz Celulose.

Outro fenômeno verificado também nessa década foi o aumento da pecuária, que se aproveitou das grandes áreas desmatadas para saciar a sua demanda por pastagens.

³² SÉCULO DIÁRIO, 31/10/2006.

4. CAP. 3. A DÉCADA DE 1970

4.1. A mudança de estilos

Em todas as análises os anos 1970 são descritos como uma época de crescimento econômico vertiginoso, rotulada de “década do Milagre Brasileiro”. Para melhor ou pior, parecia que tudo no país alcançava índices jamais vistos ou previstos. Nas cidades, o contingente populacional explodia e surgiam novos desafios, provocados pelas aglomerações urbanas e pelo *boom* na construção civil, residencial e comercial, com financiamentos coordenados pelo BNH (Banco Nacional de Habitação), inclusive saneamento, energia e transportes, complementando os investimentos estatais³³.

A produção industrial se ampliava a todo vapor e as exportações batiam recordes.

Nos primeiros anos da década já haviam sido estabelecidas as regras para o tripé que sustentaria a economia no decênio seguinte: o Estado, as multinacionais e o grande capital nacional. Aconteciam muitas associações empresariais ou fusões. A idéia em voga era executar, em todos os setores básicos da economia, um forte programa de substituição de importações.

O governo procurou estimular os empresários destinando-lhes recursos do

³³ O *boom* da construção civil na década de 1960 determina também a exploração da madeira em grande escala no norte espírito-santense e no sul da Bahia. Posteriormente, essa exploração passa a concentrar-se no Pará.

BNDES para que iniciassem ou expandissem seus negócios³⁴.

Segundo a ABIMÓVEL (Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário), nesse período houve fomento oficial ao setor moveleiro, e isso foi importante para a implantação e a consolidação de alguns pólos nessa década e na de 1980.

Podemos citar como exemplos: a ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a legislação que deu suporte à importação de maquinário e a proteção tarifária contra a concorrência externa³⁵.

Em meados dos anos 1970, a crise do petróleo e a alta internacional dos juros desaceleraram a expansão industrial. Com o financiamento externo mais caro, a economia brasileira entra num período de dificuldades crescentes, que levam o país, até o início da década de 1980, ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e ao descontrole da inflação. O Brasil mergulha numa longa recessão, que praticamente bloqueia seu crescimento econômico³⁶.

O extraordinário crescimento da produção manufatureira brasileira, no período que se convencionou de chamar de “milagre”, ocorreu sem que se operassem modificações significativas na estrutura do sistema, vale dizer, sem que este alcançasse níveis mais altos de capacidade de autotransformação. Tanto a capacidade de autofinanciamento como o coeficiente se mantiveram estáveis.

³⁴ BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Livro 50 anos: anos 70*. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro50anos/Livro_Anos_70.pdf. Acesso em: 24 nov. 2006.

³⁵ BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Livro 50 anos: anos 70*. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro50anos/Livro_Anos_70.pdf. Acesso em: 24 nov. 2006.

³⁶ BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Livro 50 anos: anos 70*. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro50anos/Livro_Anos_70.pdf. Acesso em: 24 nov. 2006.

Em um primeiro momento, a modificação do perfil da demanda, em benefício de bens duráveis, permitiu colher rendimentos crescentes, dada a existência de capacidade ociosa, em parte resultante da estrutura oligopolista do mercado desses produtos (FURTADO, 1981,p.41).

O autor, quando cita bens duráveis, deve se referir aos eletrodomésticos e automóveis, mas também, devemos lembrar que na década de 1970 houve uma demanda muito grande na produção moveleira, sendo essas indústrias, nesse momento, beneficiada com aportes financeiros oficiais.

Ocorrem, também, mudanças nos hábitos de consumo, destacadamente quanto ao uso do plástico. Além de utilizado na indústria, uma infinidade de produtos cotidianos nos dizia que entráramos na era do descartável. Produtos de acrílico colorido eram a febre de *designers* e decoradores. Em cores fortes e ácidas, trazia-se o mundo da arte *pop* e da cultura *hippie* para dentro das casas, fazendo o termo *psicodélico* entrar no vocabulário do dia-a-dia (BNDES, 2002).

Usos menos ousados e mais práticos também ganharam espaço. A tradicional garrafa de leite, deixada à porta de manhã, viu-se substituída pelos saquinhos plásticos maleáveis (ABIMÓVEL, 2001).

Enquanto isso, em Linhares, a cacaicultura assume uma importância econômica nesse período de transição. Introduzida no município desde a década de 1920, a cultura do cacau apresentou, na década de 1970, em Linhares, um ciclo de supervalorização, que estimulou a ampliação do plantio com a “cabrucagem” e até desmatamentos, em que, simultaneamente com a extração das madeiras, se verificou a implantação de aproximadamente 200 serrarias.

Entre 1960 e 1965 esta situação acirrou-se devido às novas necessidades

urbanas e, em conseqüência, houve uma intensificação na exploração da madeira, com um incremento, também, na pecuária local, estabelecendo, então, o ciclo madeira-pecuária, que favoreceu o grande proprietário rural e a concentração fundiária.

Coincide também nesse período a edição do Código Florestal Brasileiro – Lei n. 4771, de 15 de setembro de 1965 –, ³⁷ que definia a política pública florestal para o país. Em 1966, cria-se o Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento (PIFFR), que é considerado o instrumento que deu abertura ao desenvolvimento do complexo agroindustrial de celulose no Brasil, notadamente na região norte do Espírito Santo, com a criação da Aracruz Celulose.

Nas décadas de 1960 a 1980, o Governo Federal realizou três programas de incentivos ao reflorestamento. No período de 1965 a 1988 foi realizado o Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento (PIFFR). Na segunda metade da década de 1970 foi implementada uma política de incentivo ao reflorestamento em pequenos e médios imóveis rurais (REPEMIR); e, no período de 1985 a 1988 foi implementado um programa de reflorestamento com algarobeira no Nordeste semi-árido (Projeto Algaroba). Os três programas citados acima implicaram doação de recursos monetários ou materiais aos produtores rurais para que estes realizassem o reflorestamento. Tratou-se, claramente, de um subsídio aos produtores, mas com mecanismos distintos de concessão.

Os novos reflorestamentos estão sendo feitos, basicamente, por empresas de papel e celulose, siderúrgicas e de painéis à base de madeira para atender suas próprias necessidades. Não há expressivos plantios para gerar excedentes para venda no mercado. Entre os tipos de plantios de florestas, tem-se que os de eucalipto são os mais rentáveis, superando os plantios de essências nativas, seringueira e pomar de laranja. ³⁸

³⁷ BRASIL. Diário Oficial da União. *Lei federal n. 4.771, de 15 de setembro de 1965*. Disponível em: <http://rda.znc.com.br/legislacao/lei10>. Acesso em: 30 ago. 2007.

³⁸ MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Políticas federais de estímulo ao reflorestamento: estudo da dimensão territorial do PPA*. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/Planejamento_territorial/Estudos_Prospectivos_Sectoriais.pdf. Acesso em: 15 out. 2007.

No final dos anos 1960, as matas se tornaram um negócio atrativo, que motivou a sua exploração. Além da expansão da cacauicultura nessa década, há também um incremento na cultura do café e na agropecuária. As matas foram substituídas, na sua maior parte, por pastagens, nas quais o rebanho bovino saltou de 84.238 cabeças, em 1970, para 173.896, em 1975, de tal modo que Linhares passou a deter o segundo maior rebanho do Estado³⁹.

Em consequência desse quadro econômico favorável, Linhares começa a apresentar um comércio forte e diversificado. Isso aconteceu em plena crise econômica que foi uma característica dos anos 1970 para o Brasil. Esse momento propiciou o surgimento de novas marcenarias, agora caracterizadas como indústrias moveleiras, demandando ainda mão-de-obra intensiva, ou seja, ainda muito artesanal.

O setor moveleiro nacional, embora tendo passado por um período de modernização no início da década de 1970, não privilegiou a competição no mercado internacional. Estimulado pelo crescimento do mercado interno durante este período, o setor buscou direcionar sua produção para o atendimento dessa demanda. Com a crise da década de 1980 e a retração do mercado interno, o que naturalmente estimularia a busca pelo mercado internacional, as estratégias de exportação viram-se frustradas pelo nível de desatualização tecnológica (RIGONI, 1998, p. 26).

Furtado (2001, p.28), confirma dizendo:

[...] o dinamismo da economia capitalista derivou, assim, da interação de dois processos: de um lado, a inovação técnica – a qual traduz em

³⁹ IBGE, Pesquisa pecuária municipal (PPM), 2004.

elevação da produtividade e em redução da demanda de mão-de-obra -, de outro, a expansão do mercado – que cresce junto com a massa dos salários. O peso do primeiro desses fatores (a inovação técnica) depende da ação de empresários em seus esforços de maximização de lucros, ao passo que o peso do segundo (a expansão do mercado) reflete a pressão das forças sociais que lutam pela elevação de seus salários.

4.2. A ausência do *design* industrial na nova indústria moveleira

Na década de 1970, o que foi uma tendência consolida-se como estilo. O móvel produzido pelas indústrias linharenses alinhavam-se com os modelos predominantes na indústria nacional, que é o segmento de móveis retilíneos seriados, no qual geralmente se encontram as maiores empresas dentro da indústria moveleira e que apresenta o maior grau de atualização tecnológica da indústria brasileira.

O segmento de móveis retilíneos seriados foi o que respondeu pelo maior volume de investimentos dos últimos anos. Neste segmento de móveis planos, tem-se a formação de uma cultura industrial na qual os processos produtivos e a maquinaria passam a determinar a forma do produto final, a matéria-prima utilizada e a qualificação da mão-de-obra envolvida na fabricação dos produtos.

Os móveis produzidos pela atual indústria moveleira são segmentados conforme o tipo de produção definida pela matéria-prima principal. Nos móveis torneados, mesmo que uma produção seriada, usa-se madeira de reflorestamento, como o pinus e o eucalipto, e o maquinário é de alta tecnologia. Já nos móveis artesanais, de encomenda, as madeiras usadas são as de lei e são produzidos

com tecnologia defasada. E nesse caso não poderia ser de outra forma, pois a produção de móveis torneados sob encomenda demanda, na verdade, o talento manual do marceneiro.

Nos móveis retilíneos seriados, definiu-se uma estratégia produtiva que conduziu a padronizações e essas restringiram as alternativas de um *design* diferenciado, de “identidade nacional”, tornando a aparência dos móveis residenciais cada vez mais similares entre si.

E assim, a partir desse período, nota-se a falta de criatividade na produção. Os modelos dos móveis retilíneos seriados são tão homogêneos e frágeis que parecem serem todos de um único fabricante.

Devemos atentar também, que para o modo de produção atual o conceito de durabilidade de um produto não é interessante. O que existe, na verdade, é a lógica da obsolescência rápida de produtos industriais, acelerando dessa maneira o seu ciclo produtivo.

Segundo Antunes (2003, p. 51), como o capital tem uma tendência *expansionista* intrínseca ao seu sistema produtivo, a “qualidade total” deve tornar-se inteiramente compatível com a lógica da *produção destrutiva*. Por isso, em seu sentido e tendências mais gerais, o modo de produção capitalista converte-se em inimigo da *durabilidade* dos produtos; ele deve inclusive desencorajar e mesmo inviabilizar as práticas produtivas orientadas para a durabilidade, o que leva a subverter deliberadamente a sua *qualidade*.

Talvez não seja a prática de muitos industriais do setor moveleiro, mas com certeza é a prática de seus fornecedores de insumos. Não se tem notícia de que

as madeiras tenham feito um trabalho de recuperação em áreas onde foram exploradas madeiras, por exemplo. E, ainda, continuando com a argumentação de Antunes (2003, p. 51), o apregoado desenvolvimento de processos de “qualidade total” converte-se na expressão *fenomênica, involucral, aparente e supérflua* de um mecanismo produtivo que tem como um dos seus pilares mais importantes a *taxa decrescente de valor de uso das mercadorias*, como condição para a reprodução ampliada do capital e seus imperativos expansionistas.

Interpretando a fala de Antunes, aquilo que nossas indústrias, principalmente as moveleiras, estão produzindo, são produtos com aparência bonita, porém de baixo valor utilitário.

Empresas líderes, detentoras de aportes tecnológicos recentes, sempre introduzem no mercado mundial inovações quanto à concepção e à produção moveleiras, que costumam ser copiadas, inclusive no Brasil, com repercussões sobre os processos criativos inerentes às características culturais próprias. Isso é um processo de globalização. Não é muito fácil conceituar exatamente o termo globalização, no máximo podemos dizer que é um processo econômico, social e cultural que estabelece uma integração entre os países e as pessoas do mundo todo. Por esse meio, as pessoas, governos e as empresas fazem intercâmbio de idéias, transações financeiras e comerciais ao mesmo tempo em que veiculam aspectos culturais pelo planeta. Seria uma rede de conexões, deixando as distâncias cada vez mais curtas que facilitariam as relações econômicas e culturais de forma mais rápida. O que se vê, na realidade globalizada, ainda, é a supremacia de algumas nações sobre as outras. A globalização funda-se numa

lógica essencialmente antidemocrática, havendo um autoritarismo econômico e tecnológico.

Segundo CANCLINI, Nestor Garcia (2003) – *A globalização imaginada* – o atual projeto modernizador se caracteriza por não se propor a incluir a todos, nem sequer nas declarações e programas. Sua seletividade se organiza segundo a capacidade de oferecer trabalho ao menor custo e conquistar consumidores mais que desenvolver a cidadania. A concorrência no mercado e a discriminação no mercado prevalecem sobre a universalidade de direitos políticos e culturais.

O processo atual de globalização a que assistimos desarticula a ação sincrônica dessas forças que garantiram no passado o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais. Quanto mais as empresas se globalizam, mais escapam da ação reguladora do Estado, mais tendem a se apoiar nos mercados externos para crescer (FURTADO, 2001, p. 29).

O que se observa, atualmente, são empresas, como as brasileiras, que por meio de cópias de produtos tentam alcançar os mesmos sucessos econômicos das empresas com presença global. Evidencia-se assim, uma dependência da tecnologia estrangeira, não somente pela maquinaria com tecnologia de ponta, mas também pelo consumo de produtos advindos dessa tecnologia.

Conforme Furtado (2001, p. 48), o conceito de *dependência tecnológica* permite articular os distintos elementos que estão na base desse problema. O desenvolvimento tecnológico é *dependente* quando não se limita à introdução de novas técnicas, mas impõe a adoção de padrões de consumo sob a forma de novos produtos finais que correspondem a um grau de acumulação e de

sofisticação técnica que só existem na sociedade em questão na forma de enclaves.

A afirmação de tradições específicas conduz a inserção no global ou em suas proximidades, de maneiras diferentes que na simples “*macdonaldização*”, mas não de um único modo, nem como oposição. Podemos citar como exemplos, os móveis dinamarqueses e balinenses, como padrões culturais específicos, conhecidos mundialmente que não sofrem nenhum tipo de adulteração ou hibridação por influencia da globalização (CANCLINI, 2003).

A indústria brasileira, na sua maioria, tem como premissa não se desviar dos “padrões globalizados”, e esse comportamento acaba anulando as características culturais que eram marcantes em nossa movelaria. Copiamos aquilo que eventualmente daria certo economicamente, buscando soluções externas, ignorando nosso potencial criativo e diferenciado dentro da movelaria.

As mudanças globalizadoras alteraram a maneira de conceber a cultura. Entre os anos 1960 e 1980 do século XX, os estudos sócio-semióticos, e com eles a antropologia, a sociologia e outras disciplinas, foram estabelecendo que a cultura designava os processos de produção, circulação e consumo da significação na vida social (CANCLINI, 2003, p. 56-57)

A monotonia conformativa, tão peculiar na indústria moveleira atual, junto com a globalização, devem ser confrontadas com a busca de novas formas expressivas de produtos em que fossem mostrados influxos pessoais, locais e regionais, pois o desejo de pluralidade cultural e o modo de vida individual não são satisfeitos por intermédio da pasteurização e da uniformização desses produtos globais. Desta forma, o Brasil acaba perdendo pela não valorização da pluralidade

cultural e pela falta de aproveitamento das potencialidades, haja vista a ausência de um *design* diferenciado e orientado para o contexto consoante com nossas peculiaridades culturais.

Conforme Canclini (1997) – *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade* -, a inserção do *design* nessas empresas que tentam se colocar em patamares diferenciados de produção e consumo é uma opção que vem sendo adotada por muitos proprietários. Esta interação entre *design* e artesanato deve considerar uma série de fatores, entre eles, o “reconhecimento” de uma sociedade e seus valores culturais.

Atualmente, existe uma discussão sobre os aspectos contraditórios entre a internacionalização do *design* e o fortalecimento de uma identidade nacional, que estimula reflexões sobre a preservação ambiental, a exploração racional e sustentável de nossas florestas e até sobre as possibilidades de penetração de nossos produtos no mercado internacional.

Nessa discussão, vale dizer, que o uso adequado de nossas madeiras permitiria que o Brasil cultivasse uma identidade própria para seus produtos diante do mercado global. As nossas madeiras tornariam-se um fator de incentivo aos *designers* e constituiriam um diferencial frente à concorrência estrangeira. Dispensando em parte o uso de uma tecnologia, adotada também pela concorrência, e usando recursos próprios, como a nossa madeira e o trabalho artesanal.

Também devemos ter em conta que, com a penetração dos microprocessadores em múltiplas atividades manufatureiras em que a utilização de mão-de-obra ainda é relativamente intensiva, e a robotização em geral, a concorrência nos

mercados internacionais de manufaturados far-se-á ainda mais dura (FURTADO, 1983, p. 60).

Se é difícil concorrer com tecnologias avançadas na movelaria, devemos procurar alternativas como o artesanato. Canclini (1997, p. 166) enfatiza a questão do fazer artesanal:

Não obstante, o tradicionalismo aparece muitas vezes como recurso para suportar as contradições contemporâneas. Nessa época em que duvidamos dos benefícios da modernidade, multiplicam-se as tentações de retornar a algum passado que imaginamos mais tolerável. Frente à impotência para enfrentar as desordens sociais, o empobrecimento econômico e os desafios tecnológicos, frente à dificuldade para entendê-los, a evocação de tempos remotos reinstala na vida contemporânea arcaísmos que a modernidade havia substituído. A comemoração se torna uma prática compensatória: se não podemos competir com as tecnologias avançadas, celebremos nosso artesanato e técnicas antigas {...}

Parece que o desprezo para com a cultura popular se dá de uma maneira perversamente estratégica, como a desvalorização da identidade cultural.



Sergio Rodrigues: Poltrona KILIN em couro e madeira
Disponível em <http://www.nohomodern.com/seating.php>



Sergio Rodrigues: Cadeiras em cedro, couro e palhin
Disponível em <http://www.nohomodern.com/seating.ph>

O fazer artesanal é um fator complicador nos negócios globalizados que exigem produtos que se enquadrem em normatizações dirigidas a um tipo de mercado que se caracteriza pela ausência de identidade.

Os móveis retilíneos seriados são planejados e orientados na direção do baixo preço, facilitando sua massificação. É uma estratégia mercadológica que introduz o conceito de que, do ponto de vista do produto, a função prática é mais importante do que a estética e mais importante ainda que a tradição cultural. Para esse mercado o significado que uma cadeira de plástico produzida industrialmente tem é, em tese, melhor do que o de uma cadeira de madeira produzida artesanalmente, pois é mais barata e garante parte das funções do outra.

A fabricação e distribuição de moveis retilíneos seriados no mercado, atende aos acordos estabelecidos em função da expansão do sistema econômico, como conhecemos hoje, excludente do ponto de vista social e injusto no âmbito das relações de trabalho. Um sistema que não leva em conta as diferenças entre povos e nações.

Um dos caminhos para competitividade, além da valorização do trabalho artesanal, deveria ser a valorização de nossas madeiras nativas, como já foi dito, e incentivado o seu uso. Nesse contexto, o papel do *designer* é fundamental, pois é através do *designer* que vamos inserir em nosso mobiliário essas madeiras nativas, muitas delas pouco conhecidas, desprezadas e pouco aplicadas em móveis.

Já para as madeiras reflorestadas, como o eucalipto, o pinus, a teca, etc., só serão reconhecidas e aceitas se o *designer* e a indústria moveleira inseri-las definitivamente neste contexto. Deveria existir algum tipo de fomento incentivando o cultivo de essências nativas, próprias para movelaria.

4.3. Concepções do *design* na nova indústria moveleira nacional

Com relação à origem do *design* dos móveis da indústria moveleira capixaba, verifica-se algumas fontes que comentamos a seguir:

- a principal origem do *design*, adotado pela maioria das empresas, sejam elas grandes, médias ou pequenas, é a cópia, pelo menos em seu primeiro conceito. Depois, fazem algumas adaptações, dando origem a um projeto híbrido. As fontes de “inspiração” para os modelos são revistas, catálogos de concorrentes e feiras;
- a segunda fonte, em particular para as empresas líderes, seria o desenvolvimento próprio, mas ainda de forma precária e sempre condicionada a maquinários e materiais;
- a terceira seria a aquisição de projetos desenvolvidos no exterior, não se tem notícia que a indústria capixaba vale-se desse expediente.

Observamos que o *design* próprio ainda é uma atividade marginal no Brasil, e mais ainda na indústria local.

A nossa indústria do mobiliário, no momento atual, passa por uma grave crise de identidade. O esforço para exportar e a globalização, parece que vem confundindo a criatividade dos industriais brasileiros. Em passado não muito distante, desenvolvíamos móveis com características brasileiras, mesmo seguindo modelos antigos, como os estilos colonial e barroco nacionais, bem característicos da nossa cultura; conseguíamos fazer frente à concorrência. Essa linha de trabalho, até o momento, se perdeu.

Duas situações contribuíram para fazer esse desvio da nossa indústria moveleira de sua rota histórica:

- a primeira foi a expansão da demanda por parte da classe média emergente. A madeira de lei passou a ser substituída por aglomerados, como o MDF ou madeiras reflorestadas, mais baratas, como o Pinus, de padrão mais pobre. Surgindo daí uma linha de produtos populares, que o mercado, reprimido, absorveu bem, criando esperanças de desenvolvimento para o setor;

- a outra foi a descoberta do mercado externo. As possibilidades abertas animaram os nossos industriais. Esse entusiasmo levou à busca de uma expressão mais internacional, quando então tiveram de enfrentar outros desafios, entre os quais a adequação de modelos compatíveis com os padrões estéticos da demanda internacional. Depois, entrou-se em um processo de busca da expansão das exportações, cujo mercado exige, além de um *design* diferenciado, padrões de alta qualidade, e mais recentemente, produtos que estejam de acordo com uma produção ambientalmente correta. Partiram-se, então, para outras linhas de criação, até mesmo algumas sem definição de estilo.

A estratégia era comercial e a tática usada era fazer cópias de produtos de maior aceitação no mercado. Os padrões são buscados em feiras e revistas internacionais, como falamos anteriormente.

É uma tática que dá certo apenas por pouco tempo, porque outros entram no mercado fazendo a mesma coisa e buscando custos cada vez menores.

Assim, a ânsia com a competitividade, levou nossos fabricantes de móveis a abandonar sua originalidade. Contribuiu para isso também, o rigor da legislação

ambiental, que tornou difícil o uso de determinadas espécies, como o jacarandá, o cedro, o mogno e outras espécies que faziam o diferencial do nosso móvel.



Oscar Niemeyer: Chaise longue RIO em madeira, palhinha e couro Disponível em <http://www.nohomodern.com/seating.php>

5. CAP.4. A DÉCADA DE 1980

5.1. A década perdida

A década de 1980 foi marcada pelo retorno à democracia e ao multipartidarismo, que expressavam o desenho das forças sociais. A abertura política se concretizou, os brasileiros voltaram a escolher seus dirigentes, os políticos cassados regressaram à vida pública.

Mas se a política comemorava a volta da democracia, a economia anunciava tempos difíceis. Naqueles anos, o país se debateria contra uma inflação crescente e, ao que parecia, invencível. Os índices econômicos positivos conquistados em períodos anteriores ficariam, quando muito, estacionários. Foram tempos difíceis, em que se avançou bem pouco, num período que ficou nomeado, de modo geral, como *década perdida*. Para superar ou pelo menos amenizar as sucessivas crises, foi preciso reinventar, reciclar, buscar novos rumos e novas maneiras de alcançar o sucesso.

Os anos 1980 caracterizam-se pela estagnação, ou seja, o crescimento do PIB próximo ao crescimento populacional, o crescimento negativo do investimento e a instabilidade econômica. Os investimentos foram direcionados apenas à modernização e não provocaram elevações consideráveis na capacidade produtiva. A redução dos investimentos do setor produtivo estatal e do gasto público em infra-estruturas, associados ao baixo nível de investimento privado, resultaram numa total ausência de um horizonte de crescimento sustentado.

Um fator que pode ser associado à queda no nível de investimento é o aumento dos preços relativos dos bens de capital, portanto, "encarecimento do investimento". Esse encarecimento é explicado pela desvalorização real do câmbio, o aumento da taxa de juros e os ciclos recessivos. A desvalorização do câmbio encareceu as importações e protegeram os produtos domésticos. O aumento da taxa de juros alongou o ciclo de produção e os ciclos recessivos aumentaram o grau de ociosidade, elevando os custos fixos unitários.

Os anos 1980 podem ser divididos em três períodos distintos:

- 1) 1981 a 1983: aumento dos preços dos bens de capital, geralmente importados, aumento da taxa de juros, desvalorização real do câmbio e recessão.
- 2) 1984 a 1986: redução nas taxas de juros, apreciação cambial e recuperação do crescimento.
- 3) a partir de 1987: política restritiva e estagnação.

O baixo desempenho dos investimentos impactou as atividades produtivas. Observou-se estagnação da produção industrial, frente à preservação do crescimento da produção agrícola e agropecuária. A estabilidade agrícola é garantida pela política de preços mínimos, pelo barateamento da mão-de-obra, da terra e dos insumos (em razão da estagnação e queda do preço do petróleo). Quanto à indústria, observamos crescimento apenas nas atividades extrativas mineral (petróleo) e atividades de utilidade pública (energia, etc. à estatal). A construção civil sofreu a crise no SFH e a indústria de transformação não

encontrou um mercado externo em que pudesse competir embora os mercados externos tenham sido muito importantes para a indústria, principalmente de bens de capital. Esses mercados foram insuficientes para substituir o ausente crescimento do mercado interno.⁴⁰

Nesse contexto, torna-se importante o comentário de Furtado (1983) – *A nova dependência* : dívida externa e monetarismo – quando ele afirma:

É corrente imaginar-se que os baixos salários são um fator importante na competitividade. Ora, isso não pode ser verdade no caso de um país, como o nosso, que tem na indústria o fator decisivo de formação do mercado interno. Se os salários permanecem baixos, o poder de compra da população não se eleva; portanto, essa população não poderá constituir mercado para as indústrias sofisticadas que competem internacionalmente.

Os anos 1980 não foram promissores para a indústria moveleira no Brasil, pois essa indústria, de certa maneira é vinculada economicamente ao desempenho da construção civil. Com a crise no setor de habitação verifica-se, nesse período, reflexos negativos na indústria moveleira.

A indústria de móveis, foi afetada de forma particular pelos ciclos de crescimento e recessão que caracterizaram a economia brasileira na década de 1980. Somente no ano de 1986, diante do crescimento da demanda interna que acompanhou o Plano Cruzado, que o nível de produção superou o nível de 1980. Nos demais anos, o nível de produção esteve abaixo revelando, portanto, o período de grandes dificuldades atravessado pela indústria moveleira ao longo dos anos 1980.

⁴⁰ PORTAL BRASIL. *Economia – opinião*. Disponível em <http://www.portalbrasil.net/economia>. Acesso em: 18 out. 2007.

Na década de 1970, muitas empresas se modernizaram ao mesmo tempo em que se deu um grande crescimento do mercado interno de móveis. Em decorrência, as empresas destinaram sua produção a atender primordialmente o mercado interno em rápida expansão e menosprezaram as vendas externas. Com a retração dos anos 1980, as empresas depararam-se com uma redução do mercado interno, com dificuldades para modernizar suas instalações industriais e, em decorrência, tornaram-se incapazes de sustentar uma posição mais agressiva e competitiva no mercado mundial.

Somente as empresas mais modernas perseguiram e conseguiram direcionar parcela de sua produção para o mercado externo. Foi somente na década de 1980 que as vendas para o mercado externo foram incorporadas às estratégias comerciais de muitas empresas.⁴¹

Se para a indústria moveleira a década de 1980 foi de crise, para o *design* foi um momento de revitalização. Durante essa década e no começo da década de 1990, o *design* brasileiro inicia uma ofensiva forte, com designers jovens e criativos como: Carlos Motta, Marcelo Ferraz, Marcelo Suzuki, Francisco Fanucci, Reno Bonzon, Maurício Azeredo, Oswaldo Mellone, Pedro Luiz Pereira de Souza e Pedro Useche. Apresentando móveis bonitos, fabricados em pequenas

⁴¹ MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Estudo da competitividade da indústria brasileira. Disponível em: http://www.mct.gov.br/upd_blob/0002/2272.pdf. Acesso em: 21 nov. 2007.

marcenarias, de modo artesanal, com soluções bem brasileiras.



Reno Bonzon - Cadeira de balanço GAIVOTA - O Brasil em CD-ROM e na Internet
Disponível em: <http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/index.htm>



Marcelo Suzuki - Cadeiras e banquetas - O Brasil em CD-ROM e na Internet
Disponível em: <http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/index.htm>

Conforme Ethel Leon,⁴² curadora da mostra Singular e Plural, em discurso proferido na abertura do Instituto Tomie Ohtake em São Paulo, em novembro de 2001:

Nos últimos tempos, uma grande leva de designers tem dialogado com as artes plásticas, principalmente ao transformar o ato de projetar numa operação. Talvez seu trabalho paraindustrial seja uma resposta à incapacidade de muitos setores da indústria de entender e assumir investimentos em design. Alguns desses designers-empreendedores projetam a partir de engenhosas composições de objetos industrializados, utilizando-os como matérias-primas ou *ready-made* e refazendo-os em oficinas que se vêm especializando em atender a uma forma de fabricar adotada pelas grandes indústrias, a horizontalização. Pode-se ver dessa maneira a produção de Fernando e Humberto Campana, de Valter Bahcivanji e de Isa de Paula Santos. Outros propõem soluções que driblam as lacunas de investimento de uma escala maior, evitando aquilo que a produção em pequenas séries não permite – soldas perfeitas, por exemplo (O Brasil em CD-ROM e na Internet).

⁴² Ethel Leon é jornalista, editora da revista Design Belas Artes foi curadora da Mostra de Design da próxima 5ª BIA – Mostra Internacional de Arquitetura e Design de São Paulo.



Carlos Motta: Poltrona giratória e apoio de pé Saquarema, de madeira sucupira. Disponível em <http://www.viverbemonline.com.br/revista>

Logo no início da década de 1980, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) se tornava Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Era apenas mais uma letra na sigla, mas um mundo novo de expectativas e desafios se abria. No começo dos anos 1980, já havia um parque industrial finalmente instalado. Contudo, esgotara-se o processo de substituição de importações como fonte de dinamismo para a economia. Foi nesse contexto que o BNDES adotou a prática do planejamento estratégico, com elaboração de cenários prospectivos.

5.2. A consolidação do pólo moveleiro de Linhares

No período inicial do Plano Cruzado (1986) houve um maior estímulo ao surgimento de novas firmas no país. Deste modo, vários empregados do setor

moveleiro em Linhares foram estimulados a abrir seu próprio negócio. Além disso, outros profissionais – inclusive sem conhecimentos sobre a produção moveleira – também abriram empresas de produção de móveis. O crescimento foi inicialmente de pequenas empresas artesanais. Nessa década e na seguinte, duas importantes tendências foram observadas, não só na indústria moveleira local, mas também na indústria mundial de móveis:

- a primeira tendência se refere a menor verticalização da produção, com a predominância de empresas especializadas, que passam a estar associadas por meio de redes de subcontratação.
- a outra tendência destaca o estímulo à utilização de chapas de madeiras reflorestáveis, como o pinus e o eucalipto, ou mesmo de materiais recicláveis, dado o aumento das restrições ecológicas aos móveis fabricados com madeiras nativas.

Na década de 1980, objetivando programar ações comuns no sentido de aprimorar as atividades do setor moveleiro, lideranças empresariais iniciaram as discussões sobre quais os caminhos que deveriam ser tomados para viabilizar uma integração entre as indústrias, os fornecedores, os órgãos oficiais e as entidades representativas dos diversos segmentos da indústria e dos trabalhadores do setor. Fundado em 1º de maio de 1987, o Sindicato das Indústrias da Madeira e do Mobiliário de Linhares e Região Norte do Espírito Santo – Sindimol – é resultado da união dos empresários das indústrias da madeira e do mobiliário do município.

Tinham como missão promover o desenvolvimento sustentável da indústria da madeira e do mobiliário, gerando renda e participando ativamente das

discussões sobre o crescimento ordenado de Linhares, do Espírito Santo e do País.

Devemos fazer algumas considerações, foi a partir de meados dessa década o começo de uma nova configuração no sistema capitalista, e esse processo é denominado pela economia política pelos termos de “*globalização*” e “*política neoliberal*”. Processo que traz em seu centro a tentativa ou necessidade de elevar as taxas de lucro dos capitais imperialistas mediante o rebaixamento do valor da força de trabalho tanto nos países dominados quanto nos países dominantes. Surgem nesse período as terceirizações e os programas de “qualidade total”.

Nessa década, assistiu-se predominantemente, à incorporação parcial de técnicas japonesas, tendo o Brasil se destacado pela ampla difusão dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) que, aplicados de forma isolada, não alteravam as formas clássicas de organização do processo produtivo (taylorismo-fordismo). A partir das avaliações negativas dessas experiências, dentro da perspectiva do empresariado, passa a ser desenvolvida uma metodologia gerencial mais ampla, também de inspiração japonesa, os Programas de Qualidade Total (PQT).

A globalização vem acompanhada de uma intensiva tecnificação eletrônica dos processos de trabalho e de produção. Isso é verificado na indústria moveleira atual. O sentido de “tecnificar” é intensificar a presença de maquinário, de equipamento, de tecnologias eletrônicas, microeletrônicas, robóticas e de automação e, portanto, eliminação mão-de-obra. Toda essa tecnologia não dispensa o trabalho humano, mas tem a premissa de potencializar a capacidade

produtiva de uma indústria. Poucos trabalhadores realizam em uma indústria o que antes demandava cinquenta.



Móveis RIMO: Roupeiro em MDF.
<http://www.rimo.com.br>



Móveis PANAN: Roupeiro em MDF.
<http://www.pananmoveis.com.br>

A estratégia produtiva da nova indústria moveleira conduziu a padronizações que, praticamente, restringiram as alternativas de um *design* diferenciado tornando a aparência dos móveis residenciais cada vez mais similares entre si. O exemplo ilustrado acima deixa bem claro essa situação, duas empresas distintas, praticamente utilizam o mesmo desenho em suas produções.

6. CAP. 5. A DÉCADA DE 1990

6.1. As novas tecnologias

Segundo Castells (1999), quando os aumentos do petróleo em 1974 e 1979 ameaçavam desencadear uma espiral inflacionaria incontrolável, governos e empresas enganaram-se em um processo de reestruturação mediante um método pragmático de tentativa e erro, que continuou durante a década de 1990. Houve nessa década, um esforço mais decisivo a favor da desregulamentação, da privatização e do desmantelamento do contrato social entre capital e trabalho, que fundamentou a estabilidade do modelo de crescimento anterior.

Resumindo a fala do autor, as mudanças ocorridas na década de 1990, foram uma série de reformas, tanto no âmbito das instituições quanto no gerenciamento das empresas, ou uma nova forma de gestão, que tinham como principais objetivos:

- Aprofundamento da lógica capitalista de busca do lucro nas relações capital/trabalho;
- aumento da produtividade do trabalho e do capital;
- concepções globalizantes relativas à produção, circulação e mercados;
- e direcionamento do apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade da economia nacional.

Na década de 1990 o Brasil entra de maneira abrupta no processo de globalização e isso trouxe impacto no que diz respeito a *design*. A forte

concorrência estrangeira provoca um novo arranjo na indústria brasileira pela busca da qualidade e preços competitivos.

Observamos nesta década, uma considerável renovação no maquinário industrial moveleiro no Brasil, com a aquisição de equipamentos provenientes, em sua maior parte, da Itália e da Alemanha. No entanto, essa não é a realidade predominante no setor, composto, majoritariamente, de pequenas e médias empresas, das quais as mais modernas são aquelas ligadas ao comércio internacional (GORINI, 1998, p. 22).

Se a produção industrial, no início da década, era semelhante à de dez anos atrás, a abertura econômica inerente ao neoliberalismo e a entrada maciça de produtos importados provocou retração no setor moveleiro, comprovada pela participação no Produto Interno Bruto (PIB).

As tecnologias importadas pela indústria moveleira nacional são as mesmas tecnologias adquiridas pelas empresas concorrentes no mercado internacional. Aí reside, talvez, a nossa fragilidade frente aos produtos importados, onde a tecnologia sendo a mesma e o valor da mão-de-obra variando, afetam o preço do produto final.

Devemos ter em conta que, com a penetração dos microprocessadores em múltiplas atividades manufatureiras em que a utilização de mão-de-obra ainda é relativamente intensiva, e a robotização em geral, a concorrência nos mercados internacionais de manufaturados far-se-á ainda mais dura (Furtado, 1983, p. 60).

Durante a década de 1990, a cadeia produtiva de madeira para móveis sofreu grandes transformações em todo o mundo, com conseqüentes ganhos de produtividade a partir da introdução de equipamentos automatizados e da

utilização de novas técnicas de gestão. As mudanças incluem o uso crescente de novas fontes de matérias-primas (pinus, eucalipto e seringueiras), já que por questões ambientais madeiras nobres encontram hoje aplicação restrita.⁴³

Os tipos de matéria-prima mais usadas na indústria moveleira são os produtos sólidos de madeira e painéis de madeira aglomerada que classificamos da seguinte forma:

- Madeira Serrada – tampos de mesa, frontal e lateral de balcões, assento e estrutura de cadeiras, estruturas de camas, molduras, pés de mesa, estrutura de sofás, enchimento de portas, laterais de gavetas, embalagem, carretéis para cabo elétrico, pisos, portas residenciais, pés de cama, pés de *racks*, estrados, painéis colados, acabamentos de móveis;
- Compensado – fundos de gaveta, armários, roupeiros, tampos de mesa, laterais de móveis, braços de sofá, fundos de armários, prateleiras, pisos, portas residenciais;
- MDF (Medium Density Fiberboarding) – molduras especiais, rodapés, molduras para portas, pisos finos, caixas de som, embalagens especiais, divisórias, componentes frontais, internos e laterais de móveis, fundos de gaveta, estantes, tampos de mesas, *racks*;
- Chapa de Fibra Dura – fundos de gavetas, de armários e racks, tampos de móveis, móveis infantis, pranchetas de mão; e

⁴³ MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Políticas federais de estímulo ao reflorestamento: estudo da dimensão territorial do PPA*. Disponível em: [http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/Planejamento_territorial/Estudos_Prospectivos_Seroriais.pdf](http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/Planejamento_territorial/Estudos_Propectivos_Seroriais.pdf) - Acesso em: 15 out. 2007.

- Madeira Aglomerada – fabricação de móveis, tampos de mesas, laterais de portas e de armários, *racks*, divisórias, laterais de estantes.

Em nível nacional, destacam-se as madeiras maciças, como pinus e o eucalipto (provenientes de floresta plantada) e várias madeiras de lei (mogno, cerejeira, imbuia, cedro, cedrinho, virola e sucupira), sendo que o consumo de madeira serrada em nível nacional se distribui aproximadamente da seguinte forma: região norte: 100% nativa; região sul: 30% nativa e 70% reflorestada; região sudeste: 15% nativa e 85% reflorestada e região nordeste: 100% nativa. De todo o consumo de madeira nativa do Brasil, 50% da absorção é de São Paulo (capital)⁴⁴. Em termos das madeiras de reflorestamento (pinus e eucalipto), as florestas se encontram principalmente nas regiões sul e sudeste (VILLASCHI FILHO; BUENO, 2000).

O consumo de móveis vem se massificando com crescente uso de produtos industrializados como o MDF.⁴⁵ Nos países europeus e nos Estados Unidos, os consumidores passaram a priorizar a funcionalidade e o conforto dos móveis, com exceção do mobiliário diferenciado, de características artesanais, como na Itália, onde essa tradição permanece.

O que pode acontecer para o barateamento do produto deve estar nos processos de produção industrial, ou na diferenciação do produto por meio de um *design* mais inovador. Atualmente, tanto a eficiência quanto o preço tornaram-se importantes fatores de competitividade e concorrência no setor moveleiro, mas

⁴⁴ Informações obtidas na empresa *Aracruz Produtos de Madeira S.A.*

⁴⁵ O MDF (*Medium Density Fiberboard*) é um produto recente, fabricado pela primeira vez no início dos anos 1960 nos Estados Unidos. Em meados da década de 1970, chegou à Europa. No Brasil, a primeira indústria iniciou sua produção no segundo semestre de 1997.

também destaca-se a tendência à praticidade e à padronização, inclusive confeccionados a partir de madeira de reflorestamento, como o *lyptus*, tão caro quanto a madeira de floresta nativa.

Percebemos, que nesse período a produção de móveis em Linhares, se modificara, não sendo a mesma de tempos passados. As novas formas de produção acompanharam o advento de novos materiais e de maquinários com inovações tecnológicas, e a consequência desse processo, foi um produto variado que muda com as exigências de uma sociedade consumidora.

6.2. Políticas públicas para o setor moveleiro

Para incrementar o setor moveleiro em Linhares, inclusive quanto à competitividade, devemos ter em conta a relevância de políticas públicas ou governamentais nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Essas políticas seriam programas de capacitação de recursos humanos, viabilizados por instituições de ensino, como escolas técnicas de nível médio e instituições de ensino superior, destacando-se as Escolas Técnicas Federais e a Universidade Federal do Espírito Santo, esta mediante cursos de Desenho Industrial, Engenharia de Produção e Administração peculiar. A elevação do nível de qualificação da força de trabalho, dentro dessa economia global e informatizada, depende, em grande parte, do sistema educacional básico. Em um estágio posterior, a responsabilidade por uma educação profissional deve caber, em parte, aos empresários, junto com outros segmentos da sociedade, em

especial trabalhadores, através de seus sindicatos, bem como ao governo, de modo a criar condições para o acesso universalizado ao ensino profissional.

Essas políticas também poderiam decorrer de Incentivos fiscais e linhas especiais de crédito para pesquisa e desenvolvimento, importação de tecnologias e exportação da produção.

Atualmente, vêm sendo desenvolvidas algumas parcerias entre instituições, tais como o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), IEL (Instituto Euvaldo Lodi), IDEIES (Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo), que trabalham no sentido de possibilitar um avanço na capacitação empresarial para a inovação.

Na área do *design* existe, desde 1995, o Programa Brasileiro do Design – (PBD) que é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, voltada para a inserção e incremento da gestão do *design* nos setores produtivos brasileiros. Tem como missão induzir à Modernidade Industrial e Tecnológica por meio do *design*, visando contribuir para o incremento da qualidade e da competitividade dos bens e serviços produzidos no Brasil, inclusive quanto à sua popularização.

O Programa Brasileiro de Design, doravante PBD, destina-se a promover o desenvolvimento do *design* brasileiro, capitalizando a vantagem de ser o Brasil um país diferente, de identidade forte e criativa, apto a desenvolver a marca Brasil no competitivo mercado internacional.

O PBD resultou da aglutinação e articulação de subprogramas de abrangências geral e específica, promovendo uma orientação estratégica única e tendo um caráter descentralizado. O programa busca motivar os empresários e engajá-los para o objetivo maior de inserir o *design* no sistema produtivo.⁴⁶

Para ganho de competitividade, as empresas linharenses deveriam passar a se preocupar com capacitações na área do *design*, inserindo-se no PBD. É necessário a capacitação em *design* próprio e a utilização de sistemas CAD, mesmo as empresas de pequeno porte com produção artesanal. Com a informatização as empresas da região passariam a se destacar mais no mercado interno. A exemplo do Pólo Moveleiro de Bento Gonçalves – RS, que hoje é o pólo moveleiro que mais investe no desenvolvimento próprio de *design*.

Em relação às pequenas indústrias moveleiras ou marcenaria familiar, deve-se pensar em políticas que incentivem a sua produção artesanal, sejam elas: algum tipo de isenção tributária; cursos especializados; algum tipo de alteração na legislação trabalhista, no que tange a emprego de aprendizes.

Na interpretação do Art. 428 da CLT⁴⁷ vê-se que esse Artigo constitui um dos entraves a contratação de menores, mesmo para aprendizagem de um ofício como a marcenaria. Vejamos o que diz o Art. 428 da CLT:

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-

⁴⁶ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, E COMERCIO EXTERIOR. *Programa Brasileiro de Design – PBD*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 19 jan. 2008.

⁴⁷ BRASIL. *Decreto Lei n. 5.452/1943, de 01 de abril de 1943*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=116684>. Acesso em: 30 out. 2007.

profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos. [...].

O Art. 428 deveria ser alterado em seu parágrafo 3º acrescentando um tempo maior para aprendizagem das várias etapas que correspondem à formação de um oficial marceneiro.

O Programa do Artesanato Brasileiro – PAB, criado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior por meio do Decreto 1.508, de 31 de maio de 1995 cujo objetivo é o de gerar oportunidades de trabalho e de renda, bem como estimular o aproveitamento das vocações regionais, levando à preservação das culturas locais e à formação de uma mentalidade empreendedora, por meio da preparação das organizações e de seus artesãos para o mercado competitivo, com foco na cadeia produtiva do artesanato.

A comercialização dos produtos artesanais sempre foi um dos maiores desafios para o artesanato, tanto no que se refere ao acesso ao mercado internacional quanto na questão da apropriação do resultado financeiro deste processo pelo artesão. Assim sendo, faz-se necessário estabelecer mecanismos que possibilitem ao artesão ter acesso à exportação, promover a articulação dos diferentes atores e criar ambiência que favoreça o surgimento e o fortalecimento

de micro e pequenos negócios, como forma de promover o desenvolvimento integrado de maneira sincronizada às dimensões sociais, econômicas e cognitivas.

Além disso, outro grande desafio do setor encontra-se a necessidade dos artesãos e suas organizações mudarem a sua conduta, a sua estrutura e os seus processos de trabalho. Essas mudanças são possíveis a partir da capacitação estruturada para preparar o artesão a estabelecer seus empreendimentos de forma competitiva, utilizando a identidade cultural como um dos principais valores agregados.⁴⁸

No segmento de extração de madeiras de lei (madeireiras e serrarias) se faz necessário uma modernização urgente de seus equipamentos e na maneira de extração para reduzir os desperdícios que se verifica atualmente. As nossas madeireiras ao explorar um determinado tipo de madeira, não leva em conta a preservação das outras espécies. Seria necessário, também, um controle mais rigoroso por parte do Ministério do Meio Ambiente, no sentido de conter o desmatamento desenfreado que se pratica ainda em relação às florestas nativas. Devendo haver uma política de preservação e exploração racional das florestas naturais do Brasil. Essa política deveria ser implantada e rigorosamente controlada pelo IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

⁴⁸ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. *Programa do Artesanato Brasileiro*. Disponível em: <http://pab.desenvolvimento.gov.br/TEMPLATE.ASP?ID=Apresentacao>. Acesso em: 25 jan. 2008.

São necessárias, também, medidas que inibam as exportações de madeiras de lei - bruta, serrada e folheada.⁴⁹ Muitos países em desenvolvimento já proibiram estas exportações. O beneficiamento e transformação da madeira geraria mais emprego e agregaria valor a maior, do que a simples extração e exportação, pois assim, estamos mandando para fora um produto *in natura* estratégico da nossa indústria moveleira. Talvez não fossem necessárias proibições, mas a criação de um imposto às exportações de madeiras de lei poderia desestimular as empresas em decorrência da elevação do custo das exportações. A alíquota deste imposto poderia ser fixada de forma a reduzir substancialmente a competitividade das exportações brasileiras. Em contrapartida, não se justifica a manutenção de alíquotas na importação da madeira bruta - madeira serrada e folheada.

O que se vê atualmente no Brasil é a existência de uma política oposta aos demais países em relação à madeira bruta: dificultam-se as importações com o estabelecimento de alíquotas e facilitam-se as exportações, quando deveria ser o contrário. Portanto, seria necessário que as alíquotas de importação de madeiras fossem reduzidas, ou até zeradas e que se estabelecesse um imposto de exportação em relação à madeira bruta - toras, madeira serrada e folheada.

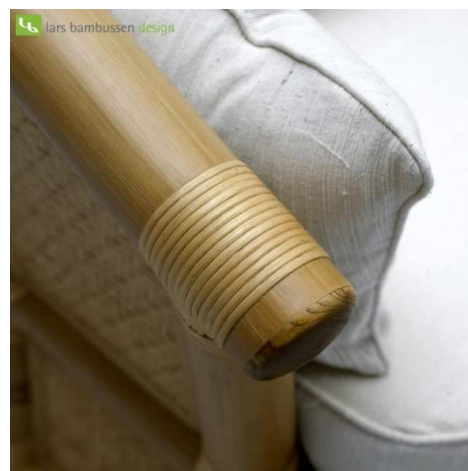
Em relação aos reflorestamentos, é necessário uma melhoria da tecnologia para a silvicultura, para exploração da madeira e com o desenvolvimento de plantios especificamente direcionados para a indústria moveleira.

Muitos reflorestamentos incentivados perderam-se pois foram implantados unicamente para aproveitar o abatimento no imposto de renda. Algumas empresas do segmento de móveis torneados possuem reflorestamentos próprios

⁴⁹ O mesmo deveria acontecer no setor de rochas ornamentais. Quando exportamos blocos em bruto estamos deixando de gerar emprego e renda em função do não beneficiamento do produto.

de madeira de *Pinus*. Esta deveria ser uma prática estimulada e incentivada pelo Governo Federal. Estes reflorestamentos devem incluir, também, as madeiras de lei e não só *Pinus* e *Eucalipto*.

Dentro do setor moveleiro nacional fazemos pouco uso do bambu. Sabe-se que o bambu é muito utilizado para confecção de móveis e outras peças artesanais pela sua beleza e resistência. O artesanal feito de bambu é muito procurado na europa, estando presente nas melhores lojas de decoração. A produção de bambu no Brasil é muito grande, mas de pouco interesse em movelaria. Sempre tivemos madeira em abundancia e o bambu se prestava apenas para uso de cercas. Talvez porque a confecção desses móveis, tradicionalmente, feita pelo processo artesanal, não desperta maiores interesses pela industria.



Móveis de bambu comercializados na Alemanha pela Lars bambussen design
Disponível em:http://www.lars-bambussen.com/gallery/bambusmoebel_sumatera/abk - Acessado em: 25 janeiro de 2008

O bambu é uma planta versátil, de fácil manejo, além de ser um recurso renovável. O Brasil é um dos países com maior número de espécies nativas e maior área de florestas naturais de bambu. Estas espécies nativas, algumas até endêmicas, são na sua grande maioria desconhecidas.

Trata-se de gramínea de alta produtividade, com cerca de 1200 espécies no mundo, sendo 230 nativas do Brasil. Dá abrigo a mais de um bilhão de pessoas e sustento direto ou indireto a mais de dois bilhões. Sua participação no comércio mundial já ultrapassa US\$ 5 bilhões/ano. O bambu é uma matéria-prima renovável, fácil de plantar, colher, manejar e processar, e pode ser utilizada para diversos fins produtivos. Mesmo assim, existem recursos de bambu no Brasil que não são aproveitados pelas comunidades locais, nem pelas economias regionais.

Nota-se, também que o mercado para produtos desse tipo de material renovável vem apresentando crescimento, inclusive em relação às exportações brasileiras, com crescimento ano a ano.⁵⁰

⁵⁰ Bambu Brasileiro e ABC – Agência Bambu de Conhecimento – Disponível em: <http://www.bambubrasileiro.com/info/> - Acessado em: 25 de janeiro de 2008.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indústria moveleira, no Espírito Santo, desenvolveu-se com a chegada dos imigrantes italianos, que traziam em sua bagagem não só o sonho de conquistar a América, mas também habilidade e cultura do trabalho artesanal.

Desde a chegada dos primeiros imigrantes, o fabrico de móveis artesanais era desenvolvido junto com o trabalho da lavoura de café, conservando-se complementar aos trabalhos familiares de subsistência.

Com a escassez de madeira e de terras na região sul do Espírito Santo, os descendentes desses imigrantes deslocaram-se em direção a região norte, rica em terras e madeiras nobres, apesar de as terras dessa região não serem consideradas propícias ao cultivo do café; as atividades econômicas desenvolvidas nessa região foram a extração da madeira e a pecuária. A extração da madeira se deu com o estabelecimento de várias serrarias e algumas pequenas marcenarias familiares.

Do nascimento das pequenas marcenarias até a consolidação definitiva do Pólo Moveleiro de Linhares, houve muitas transformações, como: o advento de novas tecnologias e materiais, as mudanças de gestão empresarial, a concorrência externa dentro de um universo globalizado e o quase desaparecimento do profissional/artesão marceneiro. Em decorrência de todas essas mudanças, ocorreu também outra radical nesse tipo de produto. Hoje o móvel retilíneo seriado, em MDF, faz parte do consumo de uma população de baixa renda,

permitindo, na verdade, que democraticamente essa população tenha possibilidade de mobiliar sua residência. Ao mesmo tempo perdemos em não produzir outros tipos de móveis, tendo como base produtiva a marcenaria; a não utilização de um *design* genuinamente brasileiro, para fazer frente à concorrência estrangeira, e também a possibilidade de geração de novos empregos dentro do setor.

Observamos que durante os anos 1960 o fato de que, se por um lado, a arquitetura, através da criação e produção de boa parte de arquitetos, mostrava um forte compromisso com a nossa cultura, nosso clima, nossa gente, nossos costumes e maneira de viver, inclusive quanto às características regionais, o mesmo não ocorria com o desenho do nosso mobiliário. Salvo algumas exceções como Sérgio Rodrigues, Lina Bo Bardi, Geraldo de Barros, Michel Arnoult e, bem antes, Joaquim Tenreiro, o *design* do nosso mobiliário era dependente e influenciado por escolas e modelos exógenos.

O urbanista Lúcio Costa (1975) - “Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro”, *in* Arquitetura Civil III Mobiliário e Alfaias -, confirma essa situação traçando o percurso de desenvolvimento de nosso mobiliário, desde o início da colonização até o nosso tempo, e diz:

“Como o nosso mobiliário seguiu, sempre de perto, a evolução do móvel europeu e deverá, portanto, tradicionalmente, ainda agora, acompanhar as transformações produzidas pelas técnicas contemporâneas”.

Lúcio Costa, nesse mesmo artigo atesta que: “tanto para o rico como para o remediado ou para o pobre, os modelos tendem a se uniformizar, variando tão-somente a qualidade do material e do acabamento”.

Essa uniformização não foi uma transformação que tivesse um sentido socialista, como propôs um dia a escola Bauhaus; na verdade, os móveis da atualidade variam com a qualidade do material e acabamento de acordo com o nicho de mercado que interessa.

A submissão passiva da indústria moveleira a esses modelos estranhos à nossa cultura, determinou a homogeneização do móvel atual. Isso se deu, principalmente, por parte daquelas indústrias cujo único compromisso é com a busca imediatista do sucesso financeiro, não existindo nenhuma preocupação de ordem cultural ou identitária com seus próprios produtos.

Parece mais seguro e cômodo reproduzir modelos já reconhecidos internacionalmente. Parece mais fácil seguir padrões globalizados, do que buscar caminhos que, mesmo que representem incertezas, propiciariam caminhos para um *design* nacional vinculado à nossa cultura, linguagem e técnicas apropriadas, identidade e desejo.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIMÓVEL. *Leitura moveleira: design na indústria brasileira de móveis*. São Paulo: Alternativa Editorial, 2001.

_____. *Leitura moveleira: design x tecnologia*. São Paulo: Alternativa Editorial, 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Livro 50 anos: anos 70*. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2006.

_____. *50 anos de desenvolvimento*, set. 2002. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro50anos/Livro_Anos_70.pdf. Acesso em: 01 jan. 2007.

BAMBU BRASILEIRO e ABC – Agência Bambu de Conhecimento – Disponível em: <http://www.bambubrasileiro.com/info/> - Acessado em: 25 de janeiro de 2008.

BORGO, Ivan; ROSA, Léa Brígida Rocha; PACHECO, Renato José Costa. *Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoação (1810-1960)*. Edufes: Vitória, 1966.

BRASIL. *Decreto Lei n. 5.452/1943, de 01 de abril de 1943*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=116684>. Acesso em: 30 out. 2007.

_____. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. *Lei nº. 5.106, de 2 de setembro de 1966*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao>. Acesso em: 15 out. 2007.

_____. Diário Oficial da União. *Lei federal n. 4.771, de 15 de setembro de 1965*. Disponível em: <http://rda.znc.com.br/legislacao/lei10>. Acesso em: 30 ago. 2007.

_____. *Estudo da dimensão territorial do PPA*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2007. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down. Acesso em: 23 ago. 2007.

CANCLINI, Nestor Garcia. *A globalização imaginada*. São Paulo : Iluminuras, 2003.

_____. *Culturas Híbridas:estratégias para entrar e sair da modernidade* São Paulo: Editora Universidade de São Paulo,1997.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura; vol.1*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *O poder da identidade - A era da informação. economia, sociedade e cultura ; vol. 2*. São Paulo : Paz e Terra, 2001.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CAFÉ. *Cafeicultura capixaba*. Disponível em: <http://www.cetcaf.com.br/Links/cafeicultura%20capixaba>. Acesso em: 07 mar. 2007.

COLBARI, Antonia. *Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.

COSTA, Lúcio. Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo e Brasília: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975.

CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo e Brasília: UNESP e FLACSO, 2000.

DERENZI, Luiz Serafim. Notícia geográfica do Estado. *Revista do IGHEs*, n. 11, p. 79-82.

_____. *Os italianos no estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

EGLER, Walter. A zona pioneira ao norte do Rio Doce. *Revista brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 1951.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. *Artes visuais*. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br>. Acesso em: 24 nov 2006.

FREITAS, Adilson Vilaça; DADALTO, Maria Cristina. *Confecção da memória: uma história da indústria do vestuário de Colatina*. Colatina: Sinvesco, 2001.

_____. *Trajetória: trabalho solidário do imigrante italiano no Espírito Santo*. Vitória: Textus, 2003.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Os anos JK. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/apresentacao.asp. Acessado em: 18 jul. 2007.

FURTADO, Celso. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *O Brasil "Pós-Milagre"*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

_____. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GORINI, Ana Paula Fontenelle. *Panorama do setor moveleiro no Brasil, com ênfase na competitividade externa a partir do desenvolvimento da cadeia industrial de produtos sólidos de madeira*. Rio de Janeiro: BNDES, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.

IANNI, Otavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

MAXIMILIANO, Wied von Neuwied. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e EDUSP, 1989.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Disponível em:

http://ftp.mct.gov.br/publi/Compet/nts_mov.pdf. Acesso em: 25 jan. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, E COMERCIO EXTERIOR. *Programa Brasileiro de Design (PBD)*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 19 jan. 2008.

MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Políticas federais de estímulo ao reflorestamento: estudo da dimensão territorial do PPA*. Disponível em:

http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/Planejamento_territorial.

Acesso em: 15 out. 2007.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil entre 1930 e 1967*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *Estado e subdesenvolvimento industrializado: esboço de uma economia política periférica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA. *Historia de Nova Venecia: um casarão, um Barão, uma história*. Disponível em: <http://www.novavenecia.es.gov.br/default.asp>. Acesso em: 28 jan. 2008.

REVISTA CAFEICULTURA. Disponível em: <http://www.revistacafeicultura.com.br>. Acesso em: 21 fev. 2007.

RIGONI, Adriana Schinaider. O papel da inovação e o desenvolvimento da indústria do mobiliário no Espírito Santo. Dissertação de Mestrado em Economia. Vitória: Ufes, Programa de pós-graduação em Economia, 1998.

ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Angela Maria. *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. São Paulo: Itatiaia, 1974.

SALETTI, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

_____. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. *Móvel Moderno no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/EDUSP, 1995.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA. *Pecuária de corte*. Disponível em: <http://www.seag.es.gov.br/setores/pecuariadecorte>. Acesso em: 31 out. 2006.

SÉCULO DIÁRIO. Disponível em: <http://www.seculodiario.com.br/arquivo>. Acesso em: 31 out. 2006.

SILVA, Yuri Blanco. *Cultura de negócios: um estudo de caso no arranjo produtivo moveleiro de Linhares*. Dissertação de Mestrado em Economia. Vitória: Ufes, Programa de pós-graduação em Economia, 1998.

VASCONCELLOS, J. G. M. (Org.) . *Memórias do Desenvolvimento*. 1. ed. Vitória: Multiplicidade, 2004. v. 1.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; BUENO, Flávio de Oliveira. *Elementos dinâmicos do arranjo produtivo madeira/móveis no nordeste capixaba*: Linhares. Vitória: IPEA, 2000.

WIKIPÉDIA. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imigra%C3%A7%C3%A3o_italiana_no_Brasil#Hist.C3.B3rico. Acesso em: 10 dez. 2006.

ZUNTI, Maria Lucia Grossi. *Panorama histórico de Linhares*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1982.